

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

África do Sul presidirá o G20..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Decisão do STF gera preocupação..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Corte de gastos precisa ser analisado com profundidade (Artigo)..... 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

"O que era regra, passou a ser exceção".....10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A recalitrância dos dinossauros.....11

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Financiamento de ações climáticas cria cenário desafiador na COP-29.....12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Preparar o Brasil para a era Trump - HENRIQUE MEIRELLES.....14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fed contém a politização (Editorial).....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Indústria de transformação perde força nas exportações"..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
ECONOMIA

Startup abala indústria de US\$ 100 bilhões.....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Trump 2.0 vai mexer com dólar, juros, Bolsa e outros investimentos.....21

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

COP do clima tenta avançar em cenário desfavorável.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mais inflação, mais juros e menos crescimento - SERGIO LAMUCCI..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim de mecanismo tributário ameaça múltis nacionais, veem analistas..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Sob desconfiança, corte de gastos passa por nova reunião.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil fica mais velho, mas governos não levam a mudança em conta..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Varejo dá sinais de melhora, mostra índice..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

A reforma administrativa por vias tortas - BRUNO CARAZZA..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados debatem PEC que transfere verba da educação..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crescimento econômico global dependerá das políticas de Trump..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

De olho em Trump, Pequim lança pacote de US\$ 1,4 tri (Editorial)..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação volta no atacarejo e juro alto atrasa planos..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Inflação reduz lealdade, mas brasileiro aceita pagar mais..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Piora externa se soma a risco fiscal e deixa investidor em alerta..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa reforça consignado e mira no INSS..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BC abre caminho para bancos e corretoras entrarem em "cripto"..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

Reforma do Código Civil e os contratos internacionais - OPINIÃO JURÍDICA..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Setor quer fruto de US\$ 135 mi em doações nos EUA..... 54

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Corte de gastos precisa ser analisado com mais profundidade..... 56

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Confira o que muda nas regras de aposentadoria em 2025..... 58

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Na mira da revisão de gastos, BPC já teve idade mínima de 70 anos..... 61

Segunda-Feira, 11 de Novembro de 2024

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Aportes em previdência privada superam R\$ 145 bilhões em 2024..... 63

África do Sul presidirá o G20

» CAMILA CURADO

Em 1º dezembro de 2024, o G20 será presidido pela primeira vez por um país africano. Com mais de 63 milhões de habitantes, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a África do Sul é o único país do continente no G20. O marco acontece em um ano simbólico: os sul-aficanos comemoram 30 anos do fim do apartheid.

Em abril de 1994, o país teve as primeiras eleições multirraciais com a eleição do primeiro negro presidente, Nelson Mandela, um ano após ter vencido o Prêmio Nobel da Paz.

Em Brasília, esse repasse de gestão aconteceu no Congresso Nacional, na última sexta, no último dia 10ª Cúpula de Presidentes dos Paramentos do G20, o P20. A parlamentar sul-africana Annelie Lotriet recebeu a presidência do P20 pelas mãos de Arthur Lira (PP-AL), em gesto simbólico, uma vez que a oficialização ocorrerá no Rio. "Isso traz um momento histórico não apenas para nossa nação, mas para todo continente africano", declarou Annelie.

Em seu discurso, a parlamentar sul-africana defendeu maior representatividade do continente na participação em negociações e acordos multilaterais e garantiu o compromisso do país em dar continuidade às propostas do P20 na busca pela paz e na defesa dos direitos humanos. Annelie convidou aos parlamentares presentes a se juntarem ao encontro no próximo ano: "estamos ansiosos para receber vocês".

Em seguida, o governo transmitiu um vídeo informativo sobre o G20 no país: "nós somos o berço da humanidade". O anúncio celebrava a conquista africana inédita. O G20 coloca a África do Sul em evidência 15 anos depois da 19ª Copa do Mundo Fifa, a primeira no continente.

Neste ano, a cúpula do bloco ocorre no Brasil, na cidade no Rio de Janeiro.

A apenas uma semana para dar início à 19ª Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, o Brasil se movimenta para garantir a segurança e estrutura para receber pela primeira vez representantes das maiores economias do mundo. A expectativa é que os 19 países e os dois organismos internacionais membros do grupo tragam 60 delegações estrangeiras e 40 chefes de Estado para a capital fluminense nos dias 18 e 19 de novembro.

A agenda da cidade já começa a ficar movimentada esta semana e a receber autoridades internacionais. A partir do dia 14, o prefeito Eduardo Paes (PSD) vai receber mais de 60 prefeitos e delegações de mais de 100 cidades estrangeiras para o Urban 20 (U20). Criado em 2017, em Paris, o evento de diplomacia entre cidades busca debater as pautas de economia, clima e desenvolvimento na perspectiva das cidades de países do G20, promovendo o debate e a articulação política entre os membros.

Simultaneamente, até o dia 17, o Rio será palco do lançamento do G20 Social, a iniciativa popular criada pelo governo brasileiro, que preside o grupo este ano. O país recebeu a presidência do G20 da Índia, durante ao final da 18ª Cúpula em 2023 em Delhi, capital indiana. Na cerimônia de encerramento do encontro no Rio, será a vez do Brasil transferir a presidência do grupo para a África do Sul.

Rotatividade Com presidência rotativa e anual desde 2011, o Grupo dos Vinte (G20) é um fórum internacional de cooperação econômica fundado em 1999. A necessidade de unir as maiores economias mundiais em um só grupo surgiu após a crise financeira no continente asiático. Dessa forma, ministros de finanças e presidentes de bancos centrais destes países poderiam debater e gerenciar o sistema econômico global.

O encontro inaugural da cúpula aconteceu em Berlim, Alemanha, em 1999, e consagrou o até então ministro das Finanças do Canadá, Paul Martin, como o primeiro presidente. Os integrantes do grupo são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. E dois organismos internacionais: União Africana e da União Europeia.

Eles representam mais de 85% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial, 75% do comércio global e cerca de dois terços da população do planeta. E, desde sua criação, o G20 desempenha um papel crucial no fortalecimento da arquitetura financeira internacional e da governança mundial, apoiando o crescimento e o desenvolvimento de políticas nacionais e de cooperação internacional.

No comando do grupo, o governo brasileiro estabeleceu tópicos prioritários a serem debatidos ao longo do ano, em especial, durante o encontro do

grupo no P20 e no G20. Divididos em três frentes de trabalho, os países devem trabalhar e encontrar soluções para combater a fome, pobreza e desigualdade; promover o desenvolvimento sustentável nas esferas econômica, social e ambiental; e realizar uma reforma na governança global, que ainda segue normas criadas no século passado.

África em evidência A África do Sul participou ativamente do P20. A delegação levou três parlamentares para representar o país: vice-presidente da Assembleia Nacional da África do Sul, Annelie Lotriet, e os parlamentares do Congresso Nacional Africano, Mikateko Golden Mahlaule e Liezl Linda van der Merwe.

Os outros quatro países do continente convidados pelo Brasil para o P20 vieram: Angola, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

O continente teve mais duas representações parlamentares.

A parlamentar tanzaniana eleita em 2023 presidente da União Interparlamentar (UIP), Tulia Ackson, e a terceira vice-presidente do Parlamento Pan-Africano, a cabo-verdiana Lucia Maria dos Passos, no cargo desde 2022. Todos os representantes africanos tiveram a oportunidade de discursar para os parlamentares presentes.

A presidente da Assembleia Nacional da Angola, Carolina Cerqueira, primeira presidente mulher do Parlamento angolano, destacou o papel da mulher africana na tomada de decisão.

"Em quase todo o continente, principalmente nas zonas rurais, há barreiras no exercício à cidadania por motivo de cultura e tradição que impedem o acesso das mulheres à educação escolar e à qualificação técnica e profissional, o que gera um profundo impacto negativo sobre as gerações futuras".

"Quando ocupam cargos de liderança, têm que lutar contra os estereótipos de gênero que consideram, por exemplo, que a mulher que ascendeu àquele cargo não o fez por mérito próprio - enfrentar o preconceito de gênero", revelou. Ela defendeu a importância em se estabelecer regras para financiamento eleitoral.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6626/10-11-2024.html?all=1>

Decisão do STF gera preocupação

» **RENATO SOUZA**

O resultado de um julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal (STF) na semana passada pode mudar a configuração do serviço público no país nos próximos anos. Por oito votos a dois, a mais alta Corte do país permitiu que órgãos públicos contratem servidores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Corte entendeu que é válida uma emenda constitucional de 1998 que derrubou a obrigatoriedade da adoção do regime jurídico único para contratações pelo poder público.

O tema tramitava há duas décadas.

O modelo CLT é o mesmo utilizado em grande maioria pelo mercado privado e garante direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 13º salário, pagamento de rescisão contratual, jornada máxima de 8 horas por dia, entre outros. No entanto, ao mesmo tempo, fragiliza a estabilidade dos servidores, pois a demissão pode ocorrer de maneira simplificada e com menor custo para os cofres públicos.

O entendimento da corte só vale para seleções futuras ou em andamento, não afetando os servidores que já estão lotados em seus cargos. Para alterar as carreiras, é necessário que sejam aprovadas normas específicas, prevendo a contratação via CLT ou por meio do regime estatutário.

A regulamentação pode ser feita pelo Congresso Nacional, pelas assembleias legislativas dos estados, câmara municipais ou pelo poder Executivo federal ou local, desde que ocorra aval dos congressistas. Os servidores que são regidos atualmente pela Lei 8.112, que prevê o regime jurídico da união, não serão afetados, pois de acordo com o entendimento do Supremo, a mudança só vale para o futuro. Porém, carreiras atendidas hoje pela lei citada podem sofrer alterações para quem for ingressar a partir de agora.

A contratação deve continuar ocorrendo por concurso público, independente da forma de regulamentação do trabalho que será exercido. A Constituição prevê certame público para preencher cargos efetivos, mesmo que não exista estabilidade no órgão para o qual foi aprovado - como ocorre atualmente com empregados das estatais. De acordo com a legislação, nesses casos, a seleção pode envolver prova teórica e prova de títulos, quando a experiência, diplomas acadêmicos e outras conquistas ao longo da carreira somam pontuações para definir a ordem dos

colocados na lista de aprovados no concurso.

O Supremo analisou a validade da Reforma Administrativa de 1998 (Emenda Constitucional 19/1998) que suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos (RJU) e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais.

A reforma modificou o texto original do artigo 39 da Constituição Federal, que previa que cada ente da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) deveria instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para seus **servidores públicos**, unificando a forma de contratação (estatutária), e os padrões de remuneração (planos de carreira).

Em uma ação apresentada na Corte nos anos 2000, o PT, PDT, PCdoB e o PSB afirmaram que o texto promulgado não teria sido aprovado em dois turnos por 3/5 dos votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, procedimento necessário para alterar a Constituição.

Em 2007, o plenário do Supremo acolheu o pedido e suspendeu a validade da emenda que permitiu a contratação via CLT e outros regimes. Essa decisão estava valendo até agora. Ou seja, a norma ficou em vigor entre 1998 e 2007, gerando muitas contratações por meio da CLT pelo país.

Em 2020, a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, votou para manter a suspensão da emenda, pois no entendimento dela, a tramitação da proposta não ocorreu de acordo com as normas previstas na Constituição e, portanto, deveria ser invalidada.

Como relatora, ela analisou apenas a tramitação da matéria e não seu conteúdo. Porém, em 2021, o ministro Gilmar Mendes divergiu e foi a favor da validade da emenda. A corrente de voto aberta pelo ministro Gilmar foi seguida pelos ministros Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Fragilidade Cezar Britto, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e advogado trabalhista, afirma que a decisão do STF gera insegurança, fragiliza o serviço público e abre espaço para influência política nas repartições públicas. "A flexibilização das formas de contratação dos

servidores públicos não é vantajosa para nenhum dos dois lados. Acaba com a estabilidade dos servidores e enfraquece a capacidade dele de resistir aos arroubos daqueles que querem transformar o Estado em patrimônio pessoal.

Relativiza e enfraquece as formas de ingresso no Estado, além de favorecer o compadrio. O fim do regime jurídico único interessa àqueles que acham que o Estado deve servir aos seus amigos, aos seus parentes, relativizando o concurso público para ter um Estado para chamar de seu," pondera.

Isonomia A decisão da Corte levou à reação de entidades sindicais e representantes de **servidores públicos**.

Sérgio Antikeira, secretário nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirma que diferentes regimes de contratação geram incertezas. "Sem isonomia entre servidores que desempenham as mesmas funções, mas sob regimes jurídicos diferentes, o que já acontece, a tendência é de que aumentem os tratamentos desiguais e o descontentamento no ambiente de trabalho, afetando a prestação do serviço público", disse.

Em nota, o Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco afirmou que com a decisão tomada, surgem dúvidas e preocupações sobre como ficará a aposentadoria dos trabalhadores. "Com a criação de múltiplos regimes jurídicos para os **servidores públicos**, surge uma preocupação adicional no que se refere à previdência dos servidores. A adoção de regimes distintos, como o celetista e o estatutário, implica fragmentação dos direitos previdenciários, gerando desafios que podem afetar tanto os servidores quanto o sistema previdenciário público como um todo", destaca o texto.

Ainda de acordo com a entidade, a decisão tomada pela suprema Corte ameaça a credibilidade das instituições, pois abre espaço para o loteamento de cargos públicos por influência política e deixa o trabalho que é realizado nas repartições públicas mais vulnerável. "É preciso destacar que o regime jurídico único foi criado para evitar práticas de favorecimento e para garantir o compromisso do servidor com o interesse público, acima de pressões externas. A flexibilização para contratação sob regimes variados pode abrir espaço para contratações menos transparentes e para o aumento do clientelismo. Isso representa um risco à impessoalidade e à moralidade na administração pública, prejudicando a confiança da sociedade nas instituições públicas", completa o texto.

"Acabar com a estabilidade do servidor enfraquece a capacidade dele de resistir aos arroubos daqueles que

querem transformar o Estado em patrimônio pessoal." Cezar Britto, ex-presidente da OAB e advogado trabalhista

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6626/10-11-2024.html?all=1>

Corte de gastos precisa ser analisado com profundidade (Artigo)

ODILON GUEDES

ODILON GUEDES - Mestre em economia pela PUC/SP, professor universitário e vice-presidente do Conselho Regional de Economia SP

O governo Lula se encontra em uma posição delicada. Por um lado, aumenta a pressão para que o Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), mecanismo de controle do endividamento que substitui o Teto de Gastos, seja cumprido. Por outro, há a pressão para que importantes segmentos que compõem as despesas públicas, como saúde, educação não sejam penalizados.

O caminho a ser seguido é de um corte de R\$ 30 a R\$ 50 bilhões nos gastos. No entanto, mais do que olhar para as cifras, é importante lançar mão de uma análise criteriosa para que o impacto social da redução do orçamento seja o menor possível.

Um dos caminhos que se discute é o governo avançar no combate aos super salários no serviço público. Atualmente, alguns adicionais, conhecidos como penduricalhos, impedem que seja cumprido o teto salarial do funcionalismo. Um setor extremamente privilegiado é o Poder Judiciário. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a despesa com esse Poder em 2023 somou R\$ 132 bilhões, a mais alta do mundo em relação ao **PIB**. Cada magistrado custa em média R\$ 68,1 mil, R\$ 24 mil a mais do que o salário de um ministro do STF.

Por sua vez, o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga defende o corte de gastos na Previdência e no funcionalismo. Em relação a Previdência, a pergunta é: onde cortar? Em recente entrevista, o presidente do TCU, Bruno Dantas, afirmou que será preciso uma nova reforma da previdência, começando pelos militares.

A realidade dos dados demonstra que o déficit para a previdência de um trabalhador que não seja da área pública é de R\$ 9,4 mil por ano. Por sua vez, o déficit de um militar aposentado ou pensionista é de R\$ 159 mil, 17 vezes a mais que o do **INSS**. É importante lembrar que o militar é o único servidor público que se aposenta com salário integral, diferentemente dos demais trabalhadores brasileiros.

Há ainda aqueles que defendem alterar a idade mínima para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou passar a corrigir o auxílio somente pela **inflação**. Atualmente, o BPC é indexado ao salário-mínimo (R\$ 1.412). Em relação a esse benefício é necessário lembrar que, quem têm direito a receber são famílias que possuem renda per capita de até um quarto do salário-mínimo, o correspondente a R\$ 353,00 e que têm um idoso ou pessoa com doença grave ou necessidades especiais. Diante desses dados, pergunto: não seria algo extremamente grave e desumano mexer nesse benefício, enquanto juizes têm salários altíssimos e militares se aposentam com salário integral?

Dentro do pacote de medidas o governo avalia também alterar o desenho das políticas de proteção ao trabalhador: a multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa e o seguro-desemprego. Aqui é importante lembrar que o seguro-desemprego é uma medida de proteção ao trabalhador quando está desempregado, visando permitir que ele mantenha o sustento de sua família nesse período. E a multa de 40% é para evitar que as empresas demitam intempestivamente os trabalhadores sem justa causa.

Outra área que precisa ser analisada para enfrentar o déficit público é a tributária. Estudos apresentados recentemente pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) comparam a carga tributária em relação ao **PIB** de 30 países. Dessa relação 23 têm cargas maiores que o Brasil, dos 7 restantes, 3 têm praticamente a mesma carga que a nossa, de 32,39% do **PIB**. Diante desses números, é possível afirmar que há espaço para a correção e criação de **tributos**, desde que seja de forma progressiva e não prejudique a classe média e a população de baixa renda. A mudança deve ocorrer sobre a parcela da sociedade que tem condições de contribuir para o controle do déficit público.

Para entender melhor essa afirmação, cito dois exemplos ilustrativos. O primeiro é o Imposto Territorial Rural - ITR. Esse tributo arrecadado em todo o ano de 2022 e em todo o Brasil somou R\$ 2,7 bilhões. O valor é menor do que a arrecadação da subprefeitura de Pinheiros, uma das 32 da cidade de São Paulo, que foi de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período, algo inacreditável. O aumento desse imposto, tendo como referência os EUA, elevaria sua

arrecadação para cerca de R\$ 60 bilhões.

Outro exemplo é a respeito da cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, hoje inexistente no país. Se aplicarmos o percentual que ocorre para quem aplica em títulos do tesouro, haveria um aumento de arrecadação de cerca de R\$ 70 bilhões.

Há formas de enfrentar os problemas do déficit público e conter o crescimento da dívida brasileira promovendo a sustentabilidade do governo. Mas as medidas precisam ser analisadas e muito bem estruturadas de forma a não prejudicar o crescimento econômico e muito menos os setores menos favorecidos da sociedade.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

"O que era regra, passou a ser exceção"

Professor efetivo de direito administrativo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Egon Bockmann Moreira, explica que a mudança na estrutura do texto legal tem o poder de provocar uma mudança substancial. "A proposta tinha uma redação no artigo que estabelecia o regime jurídico único e outra no parágrafo que falava da possibilidade de contratação fora desse modelo, em casos específicos. A inversão transformou exceção em regra e a regra em exceção", diz.

Os **servidores públicos**, no geral, são contratados por meio de concurso público de provas e títulos. Ao entrar, depois de três anos, adquirem estabilidade. Esses são os estatutários. Aqueles não submetidos a esse regime são funcionários contratados no sistema da CLT.

Ao contrário do primeiro, por exemplo, o funcionário pode ser demitido. O servidor tem estabilidade e só é desligado se passar por um processo administrativo depois de uma falha funcional grave.

"O regime mais flexível é mais fácil para o gestor público, se ele for sério - porque pode haver facilidade também ao clientelismo", diz Bockmann Moreira.

Para o professor, portanto, não houve mero ajuste redacional. "O texto não foi votado completamente. Se isso é aceito pelo STF, há um risco de que o fenômeno volte a acontecer no Congresso e isso é bastante sério por ampliar as competências de cada Casa", afirma.

Para a professora de direito administrativo na FGV Direito SP Vera Monteiro é provável que os ministros se dediquem apenas ao debate sobre a forma como a emenda foi aprovada pelo Legislativo, sem entrar na discussão sobre a validade do regime único em si.

Vera diz que boa parte do serviço público funciona sob o RJU, mas existem outros vínculos vigentes, como a CLT. "Além disso, há um volume gigantesco de contratação temporária na administração direta autárquica e fundacional", diz.

Isso, de acordo com ela, é importante por dar flexibilidade aos gestores para suprir quadros de professores, por exemplo, ou para parcerias com o terceiro setor para serviços específicos.

"O entendimento de que o regime único é exclusivo é uma leitura muito seca da Constituição. A realidade é

que a administração hoje convive com uma pluralidade de vínculos que a própria jurisprudência do Supremo tem validado. Até porque é impossível colocar toda a força de trabalho no regime de cargos. Não há orçamento que dê conta disso", afirma.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A recalitrância dos dinossauros

No curto espaço de uma semana, dois ministros do governo Lula da Silva ameaçaram de forma explícita e categórica pedir demissão caso suas pastas sejam atingidas pelo corte de gastos defendido pela equipe econômica. A recalitrância de Carlos Lupi (Previdência) e Luiz Marinho (Trabalho), dois dinossauros da política oriundos do trabalhismo e do sindicalismo, em nada surpreende. O que perturba é a conduta de mero espectador assumida pelo presidente da República.

Lula da Silva acompanha com incômoda indiferença as declarações intimídicas a eventuais medidas de seu governo. Por muito menos, ministros já foram desautorizados em comentários considerados insubordinados ou dissonantes, e não há nada de errado nisso. Faz parte do exercício da Presidência manter a equipe coesa e garantir certo grau de disciplina para que a máquina pública funcione dentro do roteiro traçado pelo governo.

Reportagem do Estadão informou que, em recente reunião no Palácio do Planalto, Luiz Marinho discutiu com o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na frente de Lula, reclamando do pacote de corte de gastos. Em resposta, Haddad afirmou que o governo conduz a discussão desde fevereiro e que o ministro do Trabalho tem ciência disso. Há meses vêm sendo cogitadas mudanças no abono salarial, seguro-desemprego e na multa de 40% do FGTS em demissões sem justa causa.

Dias antes da reunião, ao ser questionado por jornalistas sobre essas propostas, Marinho respondeu que nada disso ocorreria, "a não ser que o governo me demita". Em outra frente, Carlos Lupi, que também já havia se colocado contra qualquer mudança nos gastos previdenciários, declarou, em entrevista ao jornal O Globo, que não aceitará que o pacote venha a "pegar a Previdência", desvinculando, por exemplo, benefícios da regra de aumento real do salário mínimo. "Se isso acontecer, não tenho como ficar no governo", afirmou.

Como se fossem insubstituíveis ases da administração pública, os ministros assumem um comportamento afrontoso diante do pacote fiscal que, ao que tudo indica, terminará por propor um corte franciscano e sem mirar no equilíbrio entre receitas e despesas, como prevê o arcabouço fiscal. Sem o mesmo tom de ameaça dos colegas, o ministro do Desenvolvimento

Social, Wellington Dias, também fez declarações descartando a possibilidade de desindexação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo, outra proposta que chegou a ser debatida.

O governo, que se contenta em alcançar a borda inferior das metas fiscais, também reduziu drasticamente as me-

tas originais do arcabouço antes de a nova legislação completar um ano, o que minou a confiança na consolidação fiscal. Originalmente, o compromisso de Lula da Silva era chegar ao fim do mandato com superávit nas contas públicas de 1% do PIB. Agora, na melhor das hipóteses, a previsão de superávit foi empurrada para 2028 e, assim mesmo, cercada de ceticismo.

Na gestão Lula da Silva, a única ameaça de demissão que poderia fazer alguma diferença seria a de Fernando Haddad, que, com alguma coerência, tenta dotar de um mínimo controle fiscal o dispêndio de recursos públicos do governo. Seria exagero dizer que tem sido bem-sucedido na tarefa, mas ao menos tem conseguido evitar a total quebra de confiança no governo.

Levadas a termo, as ameaças dos ministros da Previdência e do Trabalho não fariam diferença nem mesmo em termos de apoio político. Mas os ultimatos bradados diante de um Planalto apático enfraquecem a equipe econômica e aumentam as dúvidas sobre o verdadeiro papel de Lula no esforço para caminhar na direção do equilíbrio sustentável das contas públicas. Sabe-se, de antemão, que parcimônia nos gastos é conceito inexistente na cartilha lulopetista, repleta de políticas populistas mantidas com dinheiro público.

A ferocidade dos ministros no combate ao corte de gastos parece se basear na certeza de que não precisarão cumprir ameaças de debandar do governo. Afinal, antes delas, Lula já havia interditado debate sobre as políticas que mais poderiam ajudar no ajuste e que atingem justamente suas áreas.*

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Financiamento de ações climáticas cria cenário desafiador na COP-29

Há um ano, na Cúpula do Clima (COP), 197 países concordaram pela primeira vez com uma redução gradual da exploração dos combustíveis fósseis. O anúncio surpreendeu aos mais desesperançosos, com uma conferência ambiental sediada em um dos maiores produtores de petróleo, os Emirados Árabes. Foi um momento histórico, embora considerado insuficiente por especialistas. Um cenário igualmente desafiador é esperado para este ano na COP-29, que começa hoje e vai até 22 de novembro.

Novamente, o evento será sediado em um "petroestado", desta vez o Azerbaijão, em que ao menos um terço do Produto Interno Bruto (PIB) vem dos combustíveis fósseis. Mais do que isso, a capital do país do Cáucaso, Baku, é "berço" da indústria petroleira.

A COP-29 também será marcada por difíceis negociações. O tema principal enfrenta resistência de parte dos países mais poderosos do mundo: o financiamento climático. Parte do Acordo de Paris, essa proposta prevê que os maiores responsáveis pela crise climática (países ricos) financiem recursos para a transição energética, mitigação, adaptação e redução de

emissões de gases do efeito estufa nos países em desenvolvimento - parte deles extremamente vulneráveis à mudança climática, como nações insulares, a exemplo das Maldivas.

Na reuniões de pré-COP, não houve avanço significativo. Vários aspectos do "Novo Objetivo Coletivo Quantificado sobre Financiamento Climático" (NCQG, em inglês) precisam ser acordados, como valor anual (estudos apontam para a necessidade de cerca de US\$ 1 trilhão), prazos, países e mecanismos de transparência, dentre outros. Há uma tentativa de parte das nações mais ricas em ampliar o número de contribuintes, com a inclusão de países em ascensão, como a China.

O evento será iniciado menos de uma semana depois da eleição que faz voltar à Casa Branca Donald Trump, que no primeiro mandato tirou os Estados Unidos do Acordo de Paris e promoveu retrocessos ambientais. Nas negociações, os americanos serão representados pela equipe da gestão Joe Biden, que não estará presente.

O cenário de guerras - na Ucrânia e na Faixa de Gaza - e o impasse na definição de financiamento para a biodiversidade em recente conferência na Colômbia também sinalizam dificuldades. Além disso, relatórios mostram que está cada vez mais difícil conter o aquecimen-

to dentro das metas (limitar a alta a 1,5°C na média global ante o nível pré-industrial).

DESASTRES NO BRASIL. Além de Biden, grande parte dos principais líderes globais faltará. O presidente brasileiro, Luiz Iná-

cio Lula da Silva (PT), cancelou a viagem após um acidente doméstico, indicando o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) em seu lugar.

O Brasil chega à cúpula após um ano difícil, com catástrofes naturais, como a enchente do Rio Grande do Sul, e a pior seca em pelo menos sete décadas, quando começou a medição federal. A estiagem ainda intensificou queimadas pelo País, com recordes na Amazônia, no Pantanal e até em São Paulo.

A crise expôs falhas de prevenção e resposta da gestão Lula, que colocou a bandeira ambiental como prioridade. Parte das promessas do governo, como criar uma autoridade climática para articular as estratégias, não saiu do papel. Especialistas ouvidos pelo Estadão dizem que a série de desastres é um alerta para a COP-30, em Belém. Além disso, para assumir a liderança dessa agenda, o Brasil ainda enfrenta o dilema sobre a exploração de petróleo.

A lista de autoridades ausentes também deve incluir os presidentes da França, Emmanuel Macron, da Comissão Euro-peia, Ursula von der Leyen e o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz. Parte deles pode se encontrar neste mês, no Brasil, para o G-20, encontro da principais economias do mundo.

EFEITO ESTUFA. Espera-se que

parte dos países indique novas metas de reduções de emissões (NDCs) na COP-29, apesar do prazo ser até fevereiro. O Brasil apresentou na última sexta-feira suas propostas de cortes de gases estufa, mas os objetivos foram considerados pouco ambiciosos por

especialistas.

Karen Silverwood-Cope, diretora de Clima do WRI Brasil, considera que ainda há expectativas positivas para a COP 29. "Independentemente da presença dos chefes de Estado, há um processo que cabe aos negociadores e às delegações para destravar a meta de financiamento", afirma.

O secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, embaixador André Corrêa do Lago classificou como "razoavelmente inútil" a insistência de parte dos países ricos em incluir nações em desenvolvimento como contribuintes obrigatórios.

COLABOROU PAULA FERREIRA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preparar o Brasil para a era Trump - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos provoca muita especulação sobre qual será o seu impacto na economia mundial e brasileira a partir de janeiro. É natural que isso aconteça diante de um fato dessa magnitude e do seu discurso eleitoral protecionista.

Entendo a preocupação, mas acredito que, nessas situações, é mais produtivo se concentrar no que é preciso fazer para fortalecer a economia brasileira do que especular sobre um futuro fora do controle.

Costumo dizer que a economia brasileira aguenta alguns desaforos - sejam eles produzidos aqui ou em outros países. Isso se deve, principalmente, ao robusto volume de reservas internacionais, cuja maior parte foi construída quando eu era presidente do Banco Central e que está hoje em US\$ 364 bilhões. As reservas foram uma ferramenta essencial para o Brasil superar mais rápido do que se esperava a crise financeira mundial de 2008, talvez a maior da história.

As reservas são uma salvaguarda.

Sem elas, o Brasil ficou insolvente na década de 1980 por falta de dólares para honrar compromissos. Mas é importante pensar em outras medidas para o Brasil não só estar menos suscetível a problemas externos, como crescer mais. É fundamental que um programa para colocar as despesas do governo sob os limites do arcabouço fiscal seja realmente efetivo. Uma das maiores vulnerabilidades do Brasil, hoje, vem do crescimento do gasto público, que alimenta a elevação da dívida pública. Interromper essa trajetória reduz riscos para a economia e pode atrair investimentos externos.

O fato de o Banco Central ter elevado a Selic em 0,5 ponto percentual, em uma decisão unânime e necessária, sem ruídos externos, é positivo. O BC está fazendo seu trabalho para trazer a **inflação** à meta - e, desde o início do processo de sucessão em seu comando, sem críticas pesadas. Não fazer barulho desnecessário contribui para a estabilização da expectativa de **inflação**. O governo federal pode fazer a sua parte, ao levar a política fiscal para o campo mais restritivo.

Como já falei aqui, quando as políticas fiscal e monetária andam na mesma direção, o País ganha. Se isso acontecer, o Brasil poderá estar mais preparado para enfrentar o que quer que aconteça na economia mundial com a chegada de Donald Trump em 2025.

**** Conheci Trump em Nova York, no início dos anos 2000, quando era presidente do BankBoston. Seus projetos imobiliários eram ambiciosos, muitas vezes enfrentavam dificuldades financeiras, mas no fim eram bem-sucedidos. Conto o episódio em meu livro, Calma sob pressão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Fed contém a politização (Editorial)

O Federal Reserve (Fed), banco central (BC) dos EUA, reduziu de forma unânime os juros de referência americanos em 0,25 ponto percentual, medida que traz alívio ao mundo, mas, apesar dos esforços do próprio Fed em isolar a decisão da politização, acabou em segundo plano. Tradicionalmente anunciada às quartas-feiras, desta vez, a decisão sobre a política monetária foi extraordinariamente tomada e divulgada em uma quinta-feira para não conflitar com a eleição presidencial. Mas a vitória de Donald Trump nas urnas fez com que a usual entrevista coletiva após a reunião fosse marcada, em grande parte, justamente por questões políticas.

Motivos para isso não faltaram e todos eles derivam do próprio Trump, que durante sua primeira passagem pela Casa Branca indicou Jerome Powell ao cargo de presidente do Fed. As divergências entre os dois não tardaram a surgir. Trump vociferou contra Powell diversas vezes por subir os juros ou por não reduzi-los, tal qual Lula da Silva fez repetidas vezes com Roberto Campos Neto por aqui.

Durante a campanha eleitoral de 2020, aquela em que perdeu para o democrata Joe Biden, o controverso republicano queixou-se bastante do Fed por não afrouxar os juros. Note-se que na campanha eleitoral de 2022, o BC brasileiro presidido pelo indicado de Jair Bolsonaro - o mesmo Campos Neto "desafeto" de Lula - elevou a Selic. Tanto lá quanto aqui, a independência dos bancos centrais permitiu que as autoridades monetárias tomassem as decisões que julgaram ser mais adequadas do ponto de vista técnico, não cedendo às pressões do governo de turno. Não fosse essa independência, os interesses eleitorais de Trump e Lula, que divergem em quase tudo, mas coincidem na visão de que entendem mais da dinâmica de juros do que os técnicos, teriam maior chance de prevalecer.

A postura de Powell na mais recente entrevista sobre política monetária é um exemplo de como devem se portar as autoridades à frente de instituições públicas. Embora provocado, Powell não fez comentários sobre as potenciais políticas do presidente eleito, afinal elas ainda não foram anunciadas. Mas quando precisou responder a Trump, Powell foi preciso: lembrou que não pode ser demitido pelo futuro presidente, o que é verdade justamente porque o Fed é independente. O atual presidente do Fed também afirmou que não renunciará ao seu mandato, que só termina em 2026.

Por ora, a trajetória dos juros nos Estados Unidos é de

queda. Porém, como boa parte das promessas de campanha de Trump tem elevado teor inflacionário, serão elas que, se postas em prática, forçarão a autoridade monetária a redirecionar a rota e voltar a subir os juros.

Logo, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, a redução dos juros depende não de declarações mal-humoradas de presidentes da República, mas de medidas econômicas que permitam que a **inflação** não saia do controle.

Atacar os BCs independentes, além de inócuo, não é o caminho para juros benignos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Indústria de transformação perde força nas exportações"

IVO RIBEIRO

ENTREVISTA: Lia Valls Pereira, Economista, é pesquisadora associada do Ibre-FGV e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Desde o início do século, o Brasil passou por uma grande mudança na sua pauta de exportações, com os setores agropecuário e de indústria extrativa, centrados em commodities agrícolas e minerais, ganhando participação ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, a indústria de transformação foi deixando de ser dominante, respondendo atualmente por 58% a 60%. A análise é de Lia Valls Pereira, professora da Uerj e pesquisadora associada da FGV.

Nos anos 90, o País aparecia nas estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) entre os 10 maiores exportadores siderúrgicos. Às vezes, entre os de automóveis. "Isso tudo não temos mais. Hoje, ao se olhar a indústria de transformação, o setor mais importante, em termos de participação, é o de produtos alimentícios." Lia será uma das participantes do "Fórum Estadão Think - Do Brasil para o mundo: desafios para a nossa inserção global", uma realização do Estadão com apoio institucional da Fiesp, do Ciesp, da Firjan e da CNI. O evento ocorre amanhã, na Fiesp. A seguir, os principais trechos da entrevista: Como a sra. analisa a posição da indústria brasileira no comércio exterior?

Ao analisar a participação dos diversos segmentos industriais nas exportações desde 2003, vemos uma grande mudança na composição da nossa pauta de exportação. Somando agropecuária com a indústria extrativa, juntas respondiam por 17,7% das exportações, enquanto a indústria de transformação tinha 82,3%. Hoje, 20 anos depois, as duas respondem por 46% e o setor de transformação, por 54%.

A partir de 2009, vemos o boom das commodities, com o setor agropecuário crescendo em ritmo de dois dígitos, 10% a 12%, até chegar a 20% em 2020. A extrativa, impulsionada muito pelo petróleo, também cresceu bem. De dominante, a indústria de transformação passou a ter pouco mais de metade das exportações, 58% a 60%.

A que fatores a sra. atribui esse cenário?

O primeiro ponto a chamar a atenção é que o Brasil passou a aproveitar oportunidades. O País tem vantagem comparativa, obviamente, nos setores agropecuário e extrativo, que tiveram o benefício do grande demandante do mercado mundial, a China. O país passou a demandar esses recursos, e o Brasil respondeu.

Mas, ao se olhar a participação nos fluxos de comércio, nos anos 90 o País aparecia nas estatísticas da OMC (Organização Mundial do Comércio) entre os 10 maiores exportadores siderúrgicos, às vezes, entre os de automóveis.

Isso tudo não temos mais. Hoje, ao se olhar a indústria de transformação, o setor mais importante em termos de participação é o de produtos alimentícios, que sempre teve participação alta. Saiu de 22%, em 2003, e atingiu 34% no ano passado.

E quanto aos setores de produtos de maior valor agregado, como o de máquinas e equipamentos?

O setor industrial está sempre preocupado com os produtos de maior valor adicionado, como a fabricação de máquinas e equipamentos.

Nunca teve uma participação alta, mas aí entram a questão da tecnologia, da competitividade.

O último número, de 2023, é de 7,7%, que mostra queda em relação aos 8% de 2022.

Para a indústria, pode-se dizer que é uma questão de competitividade?

Sabemos que há problema de inovação, apesar de haver ilhas de inovação, e temos de considerar que passamos por recessão mais profunda em 2014, 2015. Não é só uma questão de ter mais competitividade, há também capital humano, treinamento, tudo isso. Essa agenda no Brasil está sempre presente, mas os desafios são grandes, e no comércio exterior não se muda uma estrutura da noite para o dia. O País aproveitou os nichos em que tinha mais vantagem, principalmente em alimentos, e onde tinha mais competitividade, como commodities, agrícolas e metálicas. O grau de inovação tecnológica é muito rápido em manufatura.

Como fica com a **reforma tributária**?

A reforma ajuda, pois tem muita tributação embutida. O IVA (Imposto sobre Valor Agregado) vai tirar parte dessas distorções, mas isso não vai aparecer logo. Na questão da manufatura, a parte tributária não está totalmente resolvida, porém vai ser um avanço grande em relação ao que era.

Muita coisa vai melhorar. Eles reclamam também dos juros, mas juro é uma questão macroeconômica.

Outra coisa importante é a nova política industrial. Antigamente, se fazia muita política industrial na base de conceder subsídio.

Isso no mundo está um pouco diferente. Os EUA têm o IRA (Inflation Reduction Act), que abriga novos setores. Europa e China, também. Os EUA estão preocupados em incentivar esses setores. O Brasil tem de pensar bem como vai lidar com isso, porque não tem o fôlego americano.

Tem restrições fiscais, outras prioridades e toda uma agenda de questões de desigualdade.

Qual sua visão sobre as políticas de comércio exterior atuais e como o Brasil está inserido nisso?

O ambiente do comércio exterior, no mundo, está geopolitizado.

O Brasil está numa situação de muita tensão e a nossa política externa é de tentar ser um "global trader". Temos de comercializar com EUA, com a União Europeia, com a China, com quem quer que seja.

"A agenda da inovação está sempre presente, mas os desafios são grandes. Não se muda uma estrutura da noite para o dia"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Startup abala indústria de US\$ 100 bilhões

Por mais de um século, a Antuérpia tem sido um centro crucial para uma indústria global de US\$ 100 bilhões (R\$ 579 bilhões) - um setor que praticamente define amor e compromisso e que tem alimentado guerras cruéis e uma exploração terrível.

A cidade belga é o maior entreposto comercial de diamantes brutos do mundo: cerca de 40% do suprimento anual de gemas do mundo passa pelo Diamantkwartier (centro de comércio de diamantes) da Antuérpia em sua jornada sinuosa da mina à joalheria.

O distrito de diamantes, três ruas estreitas perto da estação de trem, não reflete exatamente o glamour e o brilho do produto acabado. Mas os prédios modestos do bairro escondem um negócio de alto nível em seu interior. No andar de cima de um prédio de comércio de diamantes, em uma tarde de setembro, um engenheiro estava sentado olhando para uma pedra do tamanho de uma bola de golfe em sua mesa.

"É a primeira vez que vejo um diamante desse tamanho, e eu trabalho há 17 anos no setor", disse Narshi Kalsariya, estudando uma imagem em 3D de suas intrincadas facetas. Escavada no solo em Botsuana, no sul da África, a pedra pesa mais de 1 mil quilates (200 gramas), ou cerca de sete onças.

Apenas cerca de dez diamantes com qualidade de gema desse tamanho já foram encontrados até hoje.

Igualmente notável é a empresa que atualmente controla esse raro achado. Não se trata da De Beers, potência do setor sediada em Londres que extrai e comercializa quase um terço dos diamantes do mundo (a maioria deles de Botsuana).

Trata-se de uma pequena empresa iniciante chamada HB Antwerp, criada há apenas quatro anos por três belgo-israelenses: Rafael Papismedov, Shai de Toledo e Oded Mansori.

Papismedov e de Toledo, que se conheceram enquanto deixavam os filhos na escola belga, lançaram a empresa com o que parecia ser uma meta absurda: derrubar o modelo de negócios de 130 anos do comércio de diamantes. Há muito tempo, o setor é formado por uma rede de comércio opaca, passada de geração em geração como segredos de família.

Os dois amigos queriam transferir o controle e os lucros de centros como Londres, Antuérpia e Tel-Aviv para os países onde os diamantes são encontrados.

Eles argumentam que Botsuana, com apenas 2,6 milhões de habitantes e vastas reservas de diamantes, não tem recebido sua parte justa desde que as empresas ocidentais começaram a extrair suas pedras preciosas há quase 60 anos.

Em muitos aspectos, Botsuana tem se beneficiado enormemente.

Era um dos países mais pobres do mundo quando os diamantes foram descobertos no final da década de 1960, mas o Banco Mundial agora classifica Botsuana como um país de renda média-alta. No entanto, o país ainda sofre com o alto índice de desemprego e a profunda desigualdade, graças à sua enorme dependência do comércio global de diamantes - um recurso natural que um dia se esgotará.

Embora o modelo da HB faça pouco para diminuir essa dependência de um único setor, ele tem sido visto como uma forma de impulsionar a criação de empregos e de criar uma manufatura doméstica, além de manter mais lucros do setor no país. A participação de Botsuana no mercado de diamantes aumentou neste ano, pois os EUA e a Europa começaram a bloquear os diamantes da Rússia, o maior produtor do mundo.

DEBATE. Essas circunstâncias colocaram a HB Antwerp no centro de um debate sobre se as empresas ocidentais estão roubando os países africanos - inclusive aqueles com minerais essenciais como o cobalto, utilizado na produção de semicondutores - e se essas empresas aprofundam a divisão entre regiões ricas e pobres. Essas questões ganharam foco mais nítido desde que a pandemia causou estragos nas cadeias de suprimentos.

"Tudo está errado com esse setor", diz Papismedov, sentado em sua sede no topo do antigo prédio da Bolsa de diamantes da Antuérpia. Durante décadas, diz ele, as empresas de mineração extraíram o maior número possível de diamantes brutos, e depois os leiloaram em massa para os negociantes de diamantes, que os poliram e lapidaram em joias.

CRISE. O mercado de diamantes também está sofrendo.

Após um boom de gastos pós-pandemia, a demanda por diamantes tem caído constantemente desde 2022, com a desaceleração da economia chinesa e o aumento da inflação. As receitas da De Beers caíram

21% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, e isso após uma queda acentuada em 2023.

Os negociantes de diamantes estão agora depositando suas esperanças no esbanjamento dos americanos no Natal.

"Todos nós esperamos que a temporada americana seja positiva", disse Isi Morsel, presidente do Conselho Mundial de Diamantes da Antuérpia, a principal organização comercial, e CEO da Dali Diamond, à Fortune. "Os preços são os mais baixos desde antes da pandemia. Quase metade dos anéis de noivado vendidos nas joalherias dos EUA agora não é feita com diamantes naturais - rochas com bilhões de anos, formadas a centenas de quilômetros sob a terra -, mas com diamantes sintéticos cultivados em laboratório, que custam cerca de um décimo do preço do diamante real." Para atacar esses problemas, Papismedov e de Toledo queriam inverter o modelo comercial do setor. Em vez de pagar ao governo de Botsuana por lotes de diamantes brutos, eles ofereceram uma parte do preço final de mercado das gemas polidas, dando ao país uma parcela muito maior da receita total. "É muito simples", diz Papismedov, descrevendo a proposta da HB para o governo de Botsuana: "Tiramos 20% do topo. Quanto mais eu conseguir vender, maior será minha margem. Os outros 80% são seus". Em seguida, a HB Antwerp contratou engenheiros da Microsoft para criar uma infraestrutura de blockchain que pudesse fazer seu plano funcionar, rastreando a procedência das gemas - e a receita que elas geravam.

A receita da HB Antwerp no ano passado foi de cerca de US\$ 181 milhões (R\$ 1,04 bilhão) e sua receita projetada para este ano é de US\$ 200 milhões (R\$ 1,15 bilhão).

Isso ainda é minúsculo em comparação com a De Beers.

Mas o impacto da HB supera em muito seu balanço patrimonial.

A startup já ajudou Botsuana a aumentar significativamente sua receita com diamantes.

E já pressionou o gigante do setor a alterar seus próprios termos comerciais.

No salão de comércio de diamantes no térreo dos escritórios da HB, as fotos de maus pagadores e vigaristas são exibidas em um quadro de avisos.

Os infratores foram todos condenados em tribunais especiais de diamante em Antuérpia, e sua presença

nesse quadro os exclui efetivamente da indústria.

ISOLAMENTO. O quadro de fotos é um verdadeiro símbolo do isolamento da comunidade - e os fundadores da HB Antwerp afirmam que sentiram um tratamento igualmente frio dos veteranos em Antuérpia, que viam a abordagem da startup como uma ideia absurda inventada por forasteiros com pouco entendimento do negócio. "Quando começamos, eles riram de nós", diz Papismedov.

Ninguém ri agora. A startup provocou uma discussão acirrada entre produtores e comerciantes de diamantes, e até complicou a parceria de décadas da De Beers com Botsuana, cujo governo agora vislumbra a possibilidade de partilha mais generosa de lucros.

A De Beers, que obtém cerca de 73% de seus diamantes de Botsuana, acabou concordando em dobrar a participação do governo em sua produção de diamantes brutos na próxima década. A diretora de pessoas da De Beers, Malebogo Mpugwa, disse à Fortune que a empresa também está investindo em programas para diversificar a economia de Botsuana; 80% das receitas externas do país vêm de suas exportações de diamantes.

No início deste ano, a empresa foi colocada à venda por sua proprietária, a gigante mineradora com sede em Londres Anglo American. Mas, sem ofertas relatadas até agora, alguns analistas expressam dúvidas sobre seu futuro. "A HB Antwerp é um verdadeiro desafio à dominação da De Beers, minando-a no momento mais inoportuno", divulgou o boletim especializado Africa Intelligence.

O chefe de comunicações estratégicas da De Beers, David Johnson, descartou a previsão sombria.

Papismedov e de Toledo já provaram um ponto: uma nova ideia, se ousada o suficiente, pode desafiar as práticas enraizadas até mesmo de multinacionais enormes. "O passo que eles deram é pequeno, mas ninguém nunca o deu", diz Stuart Krusell, diretor sênior de programas globais na Escola de Negócios Sloan do MIT, cujos alunos viajaram para Botsuana no ano passado para pesquisar as operações da HB Antwerp, em uma viagem parcialmente financiada pela HB.

Krusell acredita que empresas como a De Beers se acomodaram depois de décadas de dominação do setor - deixando-as vulneráveis à disrupção.

MANTRA. De Toledo diz que quando a equipe da HB Antwerp lançou a empresa, em janeiro de 2020, o mantra deles era: "Esta é uma nova cadeia de suprimentos. Esqueça tudo o que foi feito até agora".

Seu objetivo era eliminar quase todos os intermediários da indústria, que normalmente se estendem da África a Israel, Índia e Europa, e substituí-los por um processo simplificado, da mina à joalheria. Isso inclui treinar polidores e cortadores de diamantes locais em Botsuana, em vez de exportar pedras brutas para a Índia. A HB abriu uma fábrica de diamantes em Botsuana no ano passado, com 45 moradores locais treinados em Antuérpia trabalhando em empregos qualificados bem remunerados.

A ideia é eventualmente transferir outras operações para o país.

A cadeia de suprimentos também é simplificada, já que a HB Antwerp até agora compra todos os seus diamantes de uma única mina, Karowe, de propriedade da empresa canadense Lucara Diamond - outra startup.

A HB tem direitos exclusivos sobre todos os diamantes com mais de 10,8 quilates.

Os resultados surpreenderam o mundo dos diamantes.

Nada menos que sete dos dez maiores diamantes já encontrados foram descobertos na pequena Karowe. As enormes descobertas surgiram graças a uma tecnologia alemã de alta varredura chamada XRT. Ela detecta diamantes profundamente no subsolo, para que possam ser trazidos à superfície intactos.

Em agosto, a operação Karowe da Lucara encontrou o segundo maior diamante já descoberto, quase batendo um recorde que perdura desde 1905.

Em setembro, a Lucara encontrou outra pedra gigante.

Para que a HB Antwerp possa pagar a Botsuana 80% do preço da gema polida, os diamantes precisam ser completamente rastreáveis, até a compra pelo consumidor - algo que agora é possível graças à blockchain (a De Beers tem um sistema proprietário similar, chamado TRACR, que a empresa implementou em larga escala em 2022, dois anos após a chegada da HB).

A partir do próximo ano, a HB planeja criar "certidões de nascimento" para os clientes, permitindo que comprem uma peça de joalheria com diamantes com um documento mostrando exatamente onde e quando a gema ou gemas foram encontradas, e quantos "irmãos" elas têm. "Os clientes se importam cada vez mais com a origem de uma pedra", diz Grant Mobley, um gemologista e editor no Conselho do Diamante Natural, acrescentando que o processo de rastreamento diferencia ainda mais os diamantes

naturais das versões cultivadas em laboratório, que cada vez mais se assemelham aos reais. "Um foi feito na terra há bilhões de anos; o outro é feito em uma fábrica em duas semanas na Índia ou China.

Quando você pode contar uma história sobre a origem de um diamante, a pessoa se apaixona por ele."

"Um (o diamante natural) foi feito na terra há bilhões de anos; o outro (sintético) é feito em uma fábrica em duas semanas na Índia ou China. Quando você pode contar a história sobre a origem de um diamante, a pessoa se apaixona por ele" Grant Mobley Gemologista e editor no Conselho do Diamante Natural

Raridade Quase metade dos anéis de noivado vendidos nos EUA não emprega diamantes naturais, mas sim materiais feitos em laboratório

Novo enfoque 80% é a parcela do valor das pedras que fica em Botsuana no negócio proposto pela HB Antwerp, tipo de negociação que subverte a forma usual

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Trump 2.0 vai mexer com dólar, juros, Bolsa e outros investimentos

NATHÁLIA LARGHI (Colaboraram Marília Almeida, Isabel Filgueiras e Laelya Longo)

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas deverá mudar o panorama econômico e de investimentos nos próximos meses e anos. Os ativos devem passar por período de alta volatilidade e é possível esperar dólar mais alto e Bolsa em queda, pelo menos no primeiro momento. Muitas das propostas de Trump, como o cerco a imigrantes, reduziria a oferta de mão de obra e pressionaria a **inflação** nos EUA. Trump também prometeu taxações pesadas sobre importados, o que também pressionaria os preços.

Como consequência de uma **inflação** mais alta nos EUA os juros teriam de subir no país, o que elevaria a cotação do dólar e "encareceria" empréstimos e financiamentos, travando o consumo. Esse cenário traria impactos significativos.

Por aqui, investimentos em renda fixa e no Tesouro Direto tendem a ser atraentes. Uma alta do dólar sobre o real derivada do "efeito Trump" pressionaria ainda mais a **inflação** e, conseqüentemente, levaria o Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) para tentar segurar o câmbio e a alta dos preços.

"TREASURI ESTAÇÕES"

No EUA, a perspectiva de juros do Fed (o banco central americano) elevados também favorece os títulos de renda fixa. Segundo especialistas, a vitória de Trump deve intensificar o movimento de alta das taxas, o que pode ser uma boa oportunidade para investir nos chamados treasuries. Brasileiros podem investir nesses títulos públicos americanos diretamente por meio de corretoras voltadas para o mercado dos EUA ou por meio de BDRs (Brazilian Depositary Receipts), que são títulos negociados na Bolsa brasileira que "espelham" ativos estrangeiros.

Assim como brasileiros podem alocar capital nos títulos do Tesouro americano, outros investidores também podem tirar seus dólares de mercados e países relativamente mais arriscados rumo à segurança da renda fixa dos EUA. Ou seja, o real, que já perdeu mais de 18% este ano, pode se enfraquecer ainda mais.

Mas, segundo analistas, nem tudo está perdido. Existem alguns fatores que podem frear uma eventual alta do dólar. Um deles é a própria "governabilidade" do novo presidente americano. Ou seja: o quanto o Congresso dos EUA vai apoiar suas medidas.

- A burocracia, apesar de normalmente ser associada a algo negativo, pode ajudar um pouco. Afinal, para colocar em prática algumas medidas mais extremas de campanha, um presidente precisa de apoio no Congresso, precisa negociar. Então, pode ser preciso suavizar o discurso para aprovar algo - afirma William Castro Alves, estrategista-chefe da corretora digital Avenue.

Um outro ponto importante é que, diferente da primeira eleição de Trump, desta vez havia forte probabilidade de vitória do republicano. Isso fez com que o dólar subisse nas semanas anteriores à eleição, no embalo do chamado "Trump Trade". Agora haveria menos espaço para nova onda altista.

- As casas de apostas já mostravam possível vitória do Trump. E quando isso ganhou força, o dólar já ganhou um efeito maior. Então, o movimento agora pode ser menor - diz a economista Claudia Rodrigues, do C6 Bank.

Na Bolsa, há quem esteja receoso de investir. Mas, segundo especialistas, há oportunidades. Para Diego Chumah, gestor de Bolsa macro do fundo ASA Hedge, o dólar mais alto beneficia companhias que têm receitas na moeda americana, como as exportadoras. Alguns exemplos disso seriam as ações da fabricante de maquinário Weg e da Embraer. No ano, os ganhos da Weg já superam 50% e os da Embraer, 110%.

Outras ações que podem se destacar são as que apostam no fortalecimento de empresas da velha economia, como as de energia e manufatura. Daniel Iglioni, economista-chefe da Nomad, destaca a preferência de Trump pela indústria de óleo e gás em vez de negócios de baixo carbono, o que pode beneficiar ações de petrolíferas como a Petrobras.

OURO E CRIPTOMOEDAS Nas Bolsas americanas, um dos setores que deve ganhar destaque é o de defesa, com ações como GE Aerospace, RTX Corporation, Boeing, Lockheed Martin e Northrop Grumman. Além disso, o protecionismo prometido por

Trump beneficiaria ações de indústrias americanas como Caterpillar, Honeywell, John Deere e a Tesla, de Elon Musk, que virou uma espécie de braço direito de Trump. A vitória do republicano também deve beneficiar os papéis de bancos americanos devido às sinalizações de uma regulamentação menos rigorosa.

Para os mais arrojados, é importante lembrar que Trump fez sinalizações de apoio às criptomoedas e chegou a defender a criação de uma reserva de Bitcoin pelo governo americano. Logo após o resultado da eleição, a cotação do Bitcoin bateu recorde.

-Com a vitória de Trump, veremos uma alta mais forte e rápida do Bitcoin e de outras criptomoedas-diz Theodoro Fleury, diretor de investimentos da QR Asset Management.

Ativos conservadores também podem se valorizar. Isso porque os temores sobre uma polarização geopolítica podem se intensificar, além dos receios em relação à **inflação** e a uma eventual expansão do déficit fiscal americano. Para analistas do UBS, o ouro pode ser uma boa opção para a busca de proteção.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

COP do clima tenta avançar em cenário desfavorável

A 29ª conferência do clima da ONU (COP29) começa hoje em Baku, no Azerbaijão, com uma enorme lista de tarefas a cumprir num momento de turbulência diplomática. Sediado em uma região afetada por duas guerras, e logo após os EUA elegerem um presidente hostil à pauta climática, o evento também sofre um esvaziamento de autoridades por conta do encontro do G20, que acontece na semana que vem no Rio.

Esse cenário desfavorável preocupa o Brasil, porque o sucesso da COP30, marcada para 2025, em Belém, depende de que o encontro em Baku entregue uma série de decisões. O maior problema, que se agrava a cada ano, é a demora de governos em apresentarem metas ambiciosas de corte de emissões de gases de efeito estufa.

As promessas de cada país nesse tópico, os documentos conhecidos como contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), permitem à ONU calcular o tamanho do atraso nas medidas para impedir o planeta de aquecer mais de 1,5°C, o limite primário estabelecido pelo Acordo de Paris para o clima. O planeta já esquentou mais de 1,1°C acima do normal.

O Relatório sobre Lacuna de Emissões, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), indica que as NDCs atuais põem o planeta rumo a um aquecimento de 2,8°C neste século, cenário perigoso e até mesmo acima do limite secundário de Paris, de 2°C.

A lacuna em questão é a que existe entre as atuais emissões globais de 56,7 bilhões de toneladas de CO2 por ano e os 24,7 bilhões a que precisam chegar até 2035. Muitos países não estão na rota de cumprir suas NDCs. E, mesmo que estivessem, o corte seria de apenas 5,6 bilhões nessa cifra.

Esse número é a ponta "otimista" da previsão, considerando que sejam cumpridas condições exigidas por alguns países para fazer seus cortes de emissão (em outras palavras, financiamento). Levadas em conta só as promessas incondicionais, o cenário é ainda pior.

FINANÇAS NA MESA

A outra lacuna crucial na negociação é a demora dos

países ricos em criar um fluxo de recursos para ajudar os pobres a se adaptarem a um clima mais hostil e usarem mais energia limpa.

Além das NDCs, outra sigla no dia a dia dos diplomatas é NCQD: a Nova Meta Quantificada Coletiva em Financiamento Climático, que precisa ser definida este ano. O Acordo de Paris indicava que os recursos para a transição energética do mundo em desenvolvimento deveriam atingir os US\$ 100 bilhões anuais (R\$ 573 bilhões), número que estudos questionam que tenha sido atingido.

Cumprida ou não, a promessa ainda está longe de cobrir necessidades globais, e novas propostas falam em alocar até US\$ 1 trilhão anual (R\$ 5,73 trilhões) para esse fim. Antes de cada país rico colocar suas cartas na mesa, poucos se arriscam a prever o número a que chegarão.

- Não ter uma decisão NCQD boa agora põe o regime inteiro em situação de estresse e o Acordo de Paris na UTI. Se a COP29 não entregar isso, restaria só um ano para juntar as peças e chegar a Belém com alguma coisa sólida - diz Natalie Unterstell, presidente do centro de estudo climático Instituto Talanoa.

O Brasil, anfitrião da COP30, anunciou na semana passada uma redução anual de 30% no desmatamento, sua principal fonte de emissão. O número é um cartão de visita importante para buscar legitimidade moral do país como líder nas negociações até lá, sobretudo na ausência de chefes de Estado e governo em negociações. Sem Lula, que cancelou viagens internacionais após uma queda doméstica, a delegação brasileira na COP29 terá como líder o vice-presidente Geraldo Alckmin. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deve equilibrar a agenda do Azerbaijão com eventos doG20 no Brasil.

Os EUA, maiores emissores do planeta entre países ricos, são representados por seu enviado especial para o clima, John Podesta, e ministros.

Após Donald Trump ter sido eleito, porém, o governo Joe Biden desembarca em Baku como "pato manco", sem legitimidade para promessas no horizonte. Trump, que já tirou os EUA do Acordo de Paris em seu primeiro mandato, promete fazê-lo de novo, depois de Biden tê-lo retomado. Não se sabe ainda em que

termos isso será feito.

Analistas avaliam que Trump pode, sim, sabotar a negociação de financiamento climático, mas talvez não comprometa totalmente o corte de CO2 nos EUA. A NDC do país está ancorada no Ato de Redução da **Inflação**, pacote de medidas que inclui volumosos recursos para estados e empresas reduzirem gases-estufa.

De todo modo, autoridades brasileiras ainda têm cautela em falar dos EUA.

- Nós temos uma relação muito boa com todos os países, porque sabem que o Brasil está liderando pelo exemplo -disse em entrevista coletiva na semana passada a secretária nacional de Clima, Ana Toni. - O Brasil consegue falar tanto com os países que têm mais dificuldade com essa pauta de mudança do clima, quanto com os países que querem avançar muito mais rápido.

Discursos à parte, ambientalistas criticaram o anúncio apressado que o país fez de sua nova NDC na última sexta-feira, que amplia as promessas de corte do Brasil em até 29% para 2035. Os números estão "desalinhados com a contribuição justa do Brasil", afirmou o Observatório do Clima, maior coalizão de ONGs ambientais do país.

ATIVISMO VIGIADO

Protestos de ONGs, que contribuem para uma dinâmica mais proativa nas COPs, devem ocorrer de forma limitada em Baku, dentro da "zona azul" em que participantes têm livre circulação. Num país autocrático, após episódios recentes de censura e prisão de manifestantes, ativistas ambientais têm certo receio de promover aglomerações. Grupos brasileiros independentes ainda não sabem onde vão realizar um evento que pretende reunir 150 representantes da sociedade civil em Baku.

O secretário-geral do Observatório do Clima, Márcio As-trini, mostra pouco otimismo com a COP29, lembrando que o Azerbaijão é contra uma menção direta ao problema dos combustíveis fósseis, grandes vilões do aquecimento global, no texto final da COP29.

-Esta é uma COP de muito risco, porque o ambiente de negociação é ruim - diz. - O sucesso depende muito daquilo que vai acontecer com o financiamento, que é uma discussão que já se arrasta há bastante tempo e num clima de desconfiança entre os países.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mais inflação, mais juros e menos crescimento - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

O Brasil caminha nos próximos meses para uma combinação de **inflação** e de juros bem mais elevados do que os economistas projetavam há algumas semanas. Os preços de alimentação no domicílio têm subido com mais força, dado os efeitos dos problemas climáticos e, em menor medida, do dólar caro-fator que começa a pressionar também os bens industriais. Já os serviços mais sensíveis à demanda ganham terreno com o aquecimento do mercado de trabalho.

Nesse quadro, as estimativas para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saltam para o intervalo de 4,5% a 5% neste ano e acima de 4% no ano que vem, números próximos ou superiores ao teto da banda de tolerância da meta, de 4,5%. Para a Selic, que aumentou de 10,75% para 11,25% ao ano na semana passada, há quem projete uma taxa superior a 13% no fim do ciclo de aperto monetário. O resultado tende a ser uma desaceleração mais forte da atividade em 2025, após três anos de crescimento na casa de 3%.

A demora e a hesitação do governo em apresentar medidas para conter a expansão das despesas obrigatórias cobram o seu preço, num momento em que o cenário externo se torna mais complicado para países emergentes. A vitória de Donald Trump nos EUA deve se traduzir numa política comercial e numa política fiscal com impacto inflacionário, o que vai resultar num dólar mais forte e em juros americanos mais elevados, fatores desfavoráveis para economias como a brasileira. Além disso, a China também enfrenta dificuldades para sustentar o crescimento, uma má notícia para exportadores de commodities. Uma das consequências das incertezas fiscais e de um ambiente internacional adverso é o dólar acima de R\$ 5,70.

O quadro inflacionário piorou, ainda que não seja explosivo. Em outubro, o IPCA subiu 0,56%, levando a variação em 12 meses a 4,76%, com alta forte de alimentação no domicílio e energia elétrica, além da

aceleração dos preços de serviços mais sensíveis à demanda. O aumento da comida em casa tem chamado a atenção-no mês passado, chegou a 1,22%. Depois de cair 0,5% em 2023, o grupo voltou a acelerar e já acumula alta de 7,28% em 12 meses, devendo subir 8,2% neste ano, nas projeções do economista Fabio Romão, da LCA Consultores.

Aumento forte das cotações de alimentos costuma ser dor de cabeça para o governo, por afetar a popularidade do presidente entre os mais pobres, que gastam uma fatia maior da renda com esses produtos. A variação ainda não chega aos mais de dois dígitos do período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023, mas o nível de preços da comida em domicílio já estava elevado, mesmo com o recuo de 0,5% no ano passado, como destaca Romão. "Houve três anos de altas muito importantes da **inflação** de alimentação no domicílio, e 2023 não devolveu essas altas. Parou de piorar, mas num nível muito elevado", diz ele, observando que neste ano as cotações desses produtos voltaram a subir, especialmente no segundo semestre. De janeiro de 2018 a outubro deste ano, alimentação em casa aumentou 70,6%, bem mais que os 43,1 % do IPCA "cheio" no período.

Os preços das carnes têm avançado com força, efeito da estiagem e dos incêndios nas áreas produtoras, pressões adicionadas a um cenário já marcado por redução do número de abates e aumento das exportações. O dólar, por enquanto, é um fator secundário nesse processo, avalia Romão. Em outubro, o avanço das carnes foi de 5,81%; em 12 meses, é de 833%.

O economista-chefe da conetora Tullett Prebon, Fernando Montero, nota que, em outubro, o valor da cesta básica em relação ao mesmo mês de 2023 superou a variação do salário mínimo nessa base de comparação. Enquanto a cesta de itens básicos calculada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aumentou 9% no período, o salário mínimo subiu 7,2%. Isso já tinha ocorrido em setembro e se acentuou em outubro, diz Montero. "Os próximos meses acelerarão esse descompasso", escreve ele, acrescentando que o câmbio não é a única causa desse aumento e a alta da comida não é a única consequência do dólar mais caro. "Mas o dólar começa a machucar onde mais dói", resume ele.

O câmbio desvalorizado se faz sentir também nos preços de bens industriais. Até o momento, a **inflação** desses produtos não é das mais fortes, mas a pressão já começa a aparecer nesse grupo. Em 2023, subiram apenas 1,1%; neste ano, podem avançar 2,4%, estima Romão.

O dólar avançou 1,09% na sexta-feira, fechando a R\$ 5,7372. No ano, a alta é de 18,2%. Além do impacto do cenário externo mais adverso, por causa da vitória de Trump, a moeda voltou a subir devido à frustração com a demora do governo em anunciar medidas para conter gastos. Um pacote tímido, que não enfrente o crescimento das despesas obrigatórias, tende a manter o dólar nas alturas. Num cenário em que há pressões sobre a **inflação** derivadas dos problemas climáticos e do mercado de trabalho, uma consolidação do dólar na casa de R\$ 5,70 pode fazer mais estragos.

O quadro externo deverá ser estruturalmente pior para países como o Brasil nos próximos anos. O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) terá, tudo indica, menos espaço para reduzir os juros num governo Trump, dadas as políticas inflacionárias que tendem a ser adotadas pelo presidente eleito. Uma fonte de alívio mais expressivo para o câmbio terá de vir do cenário doméstico-basicamente de medidas de controle de gastos, que reduzam as incertezas sobre as contas públicas. O comportamento recente do câmbio é um alerta claro de que o anúncio de iniciativas fiscais pouco ambiciosas nesta semana terá um impacto negativo sobre o real. Num cenário como esse, os juros terão provavelmente que subir muito, para conter uma **inflação** que se distancia da meta de 3%, superando o teto da banda de tolerância, de 4,5%. Com uma Selic acima de 13%, a economia sofrerá mais, sendo grande o risco de interrupção do processo de retomada do investimento.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Fim de mecanismo tributário ameaça múltis nacionais, veem analistas

Marta Watanabe De São Paulo

O iminente vencimento de dois mecanismos que reduzem a carga tributária sobre o lucro apurado no exterior por multinacionais brasileiras gera preocupação. As empresas pedem renovação dos mecanismos e sua harmonização a regras internacionais, e especialistas dizem que a incerteza expulsa multinacionais brasileiras para outros países. Técnicos da **Receita Federal** dizem que o órgão é a favor da prorrogação dos mecanismos e que o governo estuda o tema.

Os dois mecanismos em discussão foram estabelecidos pela Lei 12.973, de 2014, inicialmente com prazo até dezembro de 2022. Foram prorrogados, porém, pela Lei 14.547/23 até o fim deste ano. Um deles é o crédito presumido de 9%.

A controladora brasileira deduz do lucro real um crédito presumido de 9% calculado sobre o lucro apurado por indústrias controladas ou coligadas no exterior.

O segundo mecanismo é a possibilidade de considerar os resultados de controladas ou coligadas no exterior de forma consolidada para o cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Com essa consolidação é possível compensar lucros e prejuízos auferidos pelas investidas no exterior, reduzindo a base de cálculo e a carga dos dois **tributos**. O crédito presumido e a consolidação global integram a chamada Tributação em Bases Universais (TBU).

A incerteza sobre a renovação dos mecanismos traz insegurança às empresas, diz a tributarista Ana Cláudia Akie Utumi, sócia do Utu-mi Advogados. Do ponto de vista jurídico, diz Utumi, uma legislação definindo o assunto poderia vir em 2025. "Apesar de se tratar de legislação de IR e CSLL, que têm o princípio da anterioridade [anual, para o IR, e nonagesimal, de 90 dias, para a CSLL], a renovação dos mecanismos viria a reduzir a tributação e por isso entraria em vigor e valeria para todo o ano de 2025."

Mas a incerteza de não ter os mecanismos de forma permanente afeta as decisões das multinacionais, destaca Utumi. "A incerteza faz com que essa decisão de ter a centralização dos investimentos fora do Brasil

se torne mais atrativa. Há número grande de multinacionais que surgiram no Brasil e hoje são múltis de outros lugares, como EUA, Cayman, Holanda", diz ela, exemplificando com Nubank, Ebanx, Credits, Hotmart.

"Nos casos de empresas com sede fora do Brasil, com investidor final como pessoa física no Brasil, chega-se à tributação de IR de 15%. A própria legislação brasileira dá esse estímulo. Só que aí não se forma multinacional brasileira e a empresa brasileira continua sendo subsidiária de um grupo multinacional estrangeiro", diz Utumi.

Mário Sérgio Teles, superintendente de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), defende a renovação imediata da TBU. "O primeiro passo é a prorrogação. Depois discutimos com calma uma solução definitiva, com regras CFC", diz, referindo-se às normas referentes à Controlled Foreign Company (ou Empresa Estrangeira Controlada). Para Teles, a TBU deve considerar também as Regras Globais contra Erosão da Base Tributária (GloBE, na sigla em inglês). As regras GloBE foram trazidas para a legislação brasileira pela MP 1.262/24, que estabeleceu um adicional de CSLL com objetivo de garantir a tributação mínima de 15% sobre lucros auferidos no Brasil por multinacionais que faturam acima de 750 milhões de euros ao ano. O adicional foi estabelecido conforme acordo da OCDE.

A tributação mínima corporativa de 15% sobre multinacionais deve ser discutida via projeto de lei, e não via MP, defende o deputado Luiz Gastão da Silva (PSD-CE). Ele também defende a definição da TBU por projeto de lei.

Para Pablo Cesário, presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a TBU é uma regra "única no mundo e unicamente ruim". "Temos uma pinguela e agora teremos que fazer uma gambiarra porque em 31 de dezembro acaba a pinguela. A empresa brasileira não precisa ter vantagens, mas precisa deixar de ter as desvantagens."

Daniel Prates, coordenador de tributação internacional da Coordenação Geral de Tributação da **Receita Federal**, diz que o órgão não é contrário à prorrogação da TBU. Em 2022, quando houve a primeira

prorrogação, diz Prates, a Receita também não se opôs. "A questão exclusiva ali era a da renúncia fiscal. Naquela época houve uma estimativa de R\$ 4 bilhões de redução de receita tributária e foi incluído no Orçamento."

Segundo Prates, durante a discussão para a edição da MP 1.262/24, editada no início de outubro, a equipe técnica da **Receita Federal** discutiu a prorrogação tanto do crédito presumido quanto da consolidação. "No entanto essa parte caiu [no texto da MP 1.262/24]." O efeito fiscal da medida, diz ele, aconteceria somente em 2026. Segundo ele, o assunto ainda está em estudo dentro do governo.

As declarações foram dadas na sexta, dia 8, no debate "Tributação de multinacionais brasileiras" promovido por Itaú e Valor.

"Temos uma pinguela e agora teremos que fazer uma gambiarra" Pablo Cesário

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Sob desconfiança, corte de gastos passa por nova reunião

Andréa Jubé, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi De Brasília

Sob o impacto da alta da Selic e da deterioração cambial, a semana começa com a expectativa pelo desfecho das discussões e anúncio do pacote de cortes de gastos. A divulgação é aguardada para os próximos dias, antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quinta-feira (14) para a cúpula do G20, no Rio.

Mas após uma sequência de reuniões, envolvendo ministros da área social, cujas pastas serão afetadas, e adiamentos da divulgação do plano, a percepção de investidores e do setor produtivo é que o ajuste será menor do que o esperado. Na mesma direção, o sentimento de algumas fontes que acompanham de perto as discussões é de que o pacote será mais modesto e aquém do necessário para equilibrar as contas.

Até esta terça-feira (12), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para apresentar os detalhes das propostas, que serão enviadas ao Congresso na forma de uma emenda constitucional (PEC) e de um projeto de lei complementar.

Lira tem afirmado a aliados que o governo precisa ampliar a estratégia para criar condições de diálogo com o Congresso, se quiser que o pacote tenha uma melhor aceitação e uma tramitação ágil. A avaliação de Lira, segundo um interlocutor, é que o tema é complexo e, além de alinhar com os presidentes das duas Casas, o governo deveria envolver os líderes partidários nas discussões desde o início.

Mas Haddad deve iniciar o diálogo, exclusivamente, com Pacheco e Lira, a fim de restringir o círculo de pessoas a par das propostas, e evitar vazamentos. Ainda não há nova reunião convocada por Lula, mas os ministros estão de sobreaviso e orientados a estarem em Brasília nesta segunda-feira (11). Haddad desembarcará na capital federal nas primeiras horas da manhã. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, passou o fim de semana na capital federal.

Na semana passada, Haddad deu mais de uma declaração sinalizando que o pacote seria anunciado naqueles dias. Afirmou que as medidas estavam

adiantadas "do ponto de vista técnico". Na quarta-feira (6), disse que a definição dependia somente de dois detalhes, de uma "arbitragem simples" de Lula.

A resposta de Lula, todavia, foi na direção contrária. Ele convocou para sexta-feira (8) uma ampla reunião, com os ministros da Junta de Execução Orçamentária (JEO) - Haddad, Tebet, além de Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) - da área social, da Secretaria de Comunicação Social e o titular da Advocacia-Geral da União, além de secretários e assessores, para nova rodada de debates sobre o tema.

Nos bastidores, titulares das pastas da Educação, Saúde, Trabalho, Desenvolvimento Social e **Previdência Social** travam embates para evitar cortes em seus orçamentos e programas.

A tendência, agora, é que Lula comande mais uma reunião com os auxiliares, e que, na sequência, Haddad inicie o diálogo com o Congresso. Até a semana passada, uma das principais medidas era limitar o ganho real do salário mínimo a 2,5% acima da **inflação**, mesmo teto do arcabouço. Mas estavam descartadas a desvinculação de benefícios, como o abono e o Benefício de Prestação Continuada, em relação ao salário mínimo.

Para Lira, líderes partidários têm de ser envolvidos nas negociações sobre corte desde o início

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Brasil fica mais velho, mas governos não levam a mudança em conta

Marsílea Gombata De São Paulo

O Brasil passará a ter mudanças demográficas mais aceleradas em menos de 20 anos, o que pressionará o crescimento da economia para baixo e elevará os gastos com saúde e Previdência. Mas essas transformações não estão sendo levadas em conta nas decisões governamentais, avaliam economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Eles alertam que, do ponto de vista orçamentário, o governo deveria ser mais cauteloso com gastos previstos em áreas como educação, diante da perspectiva de queda da população entre 18 e 64 anos e aumento importante de gastos em outras áreas.

Levantamento feito por Braulio Borges, pesquisador do FGV Ibre e economista sênior da LCA Consultores, mostra que com as novas perspectivas demográficas divulgadas pelo IBGE em agosto, o cenário no curto prazo é menos impactante, mas a partir de 2040 os gastos envolvendo plano de saúde, medicamentos e aposentadoria devem começar a subir com força.

Ainda que nos últimos meses o governo venha debatendo cortar gastos, no projeto para o Orçamento de 2025, a verba destinada para educação seria de R\$ 113,6 bilhões, 4,8% a mais do que neste ano, mesmo que a população em idade escolar venha diminuindo.

"A população já vem desacelerando, passou de um crescimento de 2,5% ao ano nos anos 1970, para 2,1% nos anos 1980, 1,6% em 1990, 1,2% a partir de 2001, e nos últimos três, quatro anos o crescimento está em 0,4%, bem abaixo do 0,7% projetado em 2018", afirma Borges. "Com base nas projeções populacionais da revisão do IBGE de agosto, até o fim da década atual o crescimento desacelera para 0,3%, o que deve continuar. Essa dinâmica demográfica mais desfavorável traz implicações, e temos de levar isso em consideração nas discussões."

Borges argumenta que na década de 1990, um **PIB** total crescendo 4% anualmente correspondia a um **PIB** per capita crescendo em torno de 2,3% ao ano, porque a população crescia 1,6% ao ano. Nos anos 2000, o **PIB** crescendo 3,5% significa um **PIB** per capita crescendo 2,3% também, porque naquela época a população crescia 1,1%.

Se as projeções do FMI para o **PIB** potencial do Brasil se confirmarem, diz, teremos um crescimento do **PIB** de 2,5% nos próximos anos e uma população crescendo 0,3%, o que significará um crescimento per capita de 2,2%, praticamente igual aos 2,3% das décadas anteriores.

"Isso tem várias implicações, não só pensando em termos de **PIB** potencial, mas também nas próprias metas de crescimento definidas pelo governo e na elaboração de políticas econômicas", diz Borges.

Um ritmo de crescimento similar aos de décadas anteriores tende a pressionar ainda mais os gastos do governo no médio prazo, prevê. Além do menor crescimento da população, a composição demográfica do Brasil também mudará, trazendo desafios decorrentes do aumento da população idosa.

Os novos dados do IBGE, diz Borges, mostram a população em idade ativa (PIA, que corresponde àqueles acima de 14 anos) 1,7% menor que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad C), o que significa cerca de 3 milhões de pessoas a menos em idade para trabalhar.

"Mudanças na população ocupada podem impactar o cálculo do **PIB** não apenas pela taxa de variação, mas porque os dados referentes a setores como construção civil, serviços, administração pública são utilizados como input para se calcular o crescimento do **PIB**", diz.

Os dados revisados mostram, como já era conhecido, que o bônus demográfico brasileiro ficou para trás, mas o economista afirma que o ônus demográfico - quando a população fora da idade para trabalhar cresce mais do que a da PIA e freia a expansão do **PIB** - deve evoluir mais devagar do que o previsto anteriormente.

"O percentual dessa população de 18 a 65 anos parou de crescer em 2018, 2019. Mas o interessante é que as novas projeções mostram que o ônus demográfico não se impõe com tanta virulência até a década de 2040", diz. "Até a década de 2040 a queda é leve. Mas, a partir de então, começa a acelerar."

Diante da futura composição demográfica, a perspectiva é de forte aumento de gastos com saúde e

Previdência e menor necessidade de aumento dos gastos com educação, prevê Borges.

Ele afirma que a mensalidade média do plano de saúde cresce a partir dos 40 anos de idade, assim como a despesa média mensal ambulatorial e hospitalar. Além do impacto fiscal, diz o economista, pode haver mudanças na composição setorial do **PIB**, com mais serviços de saúde sendo consumidos. As projeções mais recentes preveem que o percentual da população entre 40 e 65 anos passe dos 32,3% atuais para 36,1 % em 2040.

Essa perspectiva se dá no momento em que os gastos com saúde já crescem de forma acelerada, alerta Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre.

"Em 2022, a despesa obrigatória com saúde do governo federal foi de 1,04% do **PIB**. Em 2023, devido à mudança da redação na PEC de Transição, passou para 1,19%. Minha estimativa para este ano é que suba para 1,35%. Ou seja, em dois anos teremos aumentado a despesa obrigatória com saúde em 0,3 ponto percentual do **PIB**. Isso é muita coisa."

Assim como a saúde, a Previdência será diretamente impactada pelas mudanças que começarão a acelerar a partir de 2040. Do total da população, o percentual entre 18 e 65 anos-que está empregado e financia os aposentados hoje - deve passar dos atuais 65,7% para 64,9% em 2040 e 61,5% em 2050, de acordo com o IBGE.

"Temos um regime de repartição, no qual quem contribui é quem está na ativa. A demografia hoje tomou o cenário de déficit da Previdência um pouco menos desfavorável para os próximos 15 anos, em relação ao que imaginávamos em 2018", diz, ao lembrar que projeções previam que o per-

Gasto com plano de saúde, medicamento e aposentadoria deve começar a subir com força nos anos 2040 centual da população entre 18 e 65 anos chegaria a 63,2% em 2040. "Mas já estamos em uma trajetória cada vez menos favorável para o financiamento da Previdência."

Alívio

Ao contrário de gastos com saúde e Previdência, os gastos com educação pública e privada devem diminuir no futuro, acompanhando a queda da população de até 18 anos, que passará de 25,3% do total atualmente para 19,3% em 2040.

"Não faz nenhum sentido conceber uma política educacional sem pensar no número alunos que terão de ser abastecidos por ela", cliz Giambiagi. "No

universo de 0 a 14 anos em 2060, na revisão de 2018 eram 33,6 milhões de crianças, e na de 2024, 26,8 milhões. Ou seja, 7 milhões de crianças a menos. Mesmo que o gasto real com educação se mantivesse constante, sem crescer, o gasto per capita aumentaria."

Ele lembra ainda que, após a PEC aprovada em 2020, o percentual da receita líquida destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) vem crescendo desde 2021.

"Se quisermos um número já a preços de 2025, considerando o Orçamento, estamos falando de uma despesa do Fundeb de R\$ 20,9 bilhões em 2020 que passaria a R\$ 55 bilhões no ano que vem", afirma. "Quando compararmos o gasto com o Fundeb no período, o aumento terá sido escalafobético, da ordem real de mais de 150%."

Nos últimos anos, os gastos federais com o Fundeb passaram de R\$ 22,8 bilhões em 2021 para R\$ 32,5 bilhões em 2022, e R\$ 37,3 bilhões em 2023. Para 2024, o gasto previsto é de RS 43 bilhões.

Na atual discussão sobre corte de gastos, afirma Luiz Schymura, pesquisador do FGV Ibre, os recursos destinados ao Fundeb estão na mira.

Dentre as medidas estudadas pela equipe econômica está aumentar a parcela dos recursos da União repassados ao Fundeb contabilizadas no piso constitucional dos atuais 30% para 60%. Dessa forma, o governo espera abrir mais espaço para realizar despesas discricionárias.

"Para mim é um equívoco a tendência de ir no sentido contrário, ou seja, a população de jovens caindo e os gastos com educação crescendo", diz Schymura.

Além da questão fiscal, Borges pontua, o fim do bônus demográfico impacta o crescimento da economia via taxa de poupança, investimento, inovação.

"Quanto mais a população de 18 a 65 anos cresce, maior a taxa de crescimento do **PIB**. A demografia, portanto, pode tanto impulsionar quanto atrapalhar o crescimento econômico por alguns canais de transmissão, e não somente pela maior ou menor oferta de mão de obra", afirma o economista.

Ele lembra que, enquanto os mais jovens despoupam, pois não trabalham e consomem a renda dos pais, aqueles que acabam de ingressar no mercado de trabalho começam a poupar com taxas baixas, mas que ao longo da vida laboral vão crescendo e atingem ápice perto da idade da aposentadoria. No Brasil,

acrescentam, os mais velhos continuam poupando.

"A composição demográfica também afeta a taxa de poupança agregada da economia justamente por conta das taxas de poupança muito diferentes em cada faixa etária", diz, ao lembrar que taxa agregada de poupança e a taxa de investimento são dois determinantes importantes da taxa de juros de equilíbrio de um país.

"O impacto das mudanças demográficas nisso é pouco discutido no caso brasileiro, o que aumenta a necessidade de se fazer mais contas para entender as implicações nos juros de equilíbrio."

Samuel Pessoa, pesquisador do FGV Ibre e da Julius Baer Family Office (JBFO), aponta medidas tomadas nos anos 1990 como uma das razões pelas quais a mudança da estrutura etária é pouco levada em consideração na discussão.

"No momento em que a estrutura etária brasileira foi se voltando a uma situação muito favorável à poupança, medidas na construção do nosso Estado do bem-estar social, a partir dos anos 1990, tiveram como efeito reduzir a [taxa de] poupança", afirma.

Pessoa lembra que, nos anos 1970 o Brasil poupava 21% do **PIB**, percentual que caiu para 16% hoje. "Isso ocorreu em uma época que, pela evolução etária, a taxa de poupança deveria ter aumentado, pois foi quando começamos a viver o bônus demográfico plenamente", diz.

Além da taxa de poupança, dos juros de equilíbrio, as transformações demográficas impactam também a taxa de **inflação**.

Ele prevê, por exemplo, que a cesta de consumo da população da terceira idade, com maior peso de serviços de saúde e medicamentos, deve pesar mais sobre a **inflação** agregada, elevando-a em cerca de 0,2 ponto percentual ao ano.

"Mas essas mudanças [demográficas] não estão sendo levadas em conta na previsão de novos gastos, na elaboração do Prçamen-to ou mesmo na definição de metas inflacionárias", conclui Borges.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Varejo dá sinais de melhora, mostra índice

Alessandra Saraiva Do Rio

Após cair 2,1 % em setembro, as vendas do comércio varejista subiram 2,5% em outubro, na ótica do índice de Atividade Econômica Stone Varejo, cujo resultado do mês passado foi antecipado ao Valor. Na comparação com outubro do ano passado, as vendas subiram 4%, em outubro desse ano, na leitura do indicador. Na prática, emprego aquecido e renda em alta elevaram poder aquisitivo, com impacto positivo no comércio, explicou o pesquisador econômico e cientista de dados da Stone responsável pelo indicador, Matheus Calvelli.

"Temos demanda e está tendo crédito suficiente para continuar impulsionando esse consumo para frente", disse. "E temos esse cenário positivo, de baixa taxa de desemprego, de alta salarial", afirmou. Esse ambiente, ressaltou o especialista, avança maior ímpeto de consumo.

Ao ser questionado sobre o porquê de alta tão forte ter ocorrido após queda tão expressiva em mês imediatamente anterior, o técnico explicou que, no momento, duas forças antagônicas atuam na demanda interna. De um lado, o contexto macroeconômico favorável ao consumo. Este conta com inflação sob controle, desemprego em queda e renda em alta. E, do outro lado, nível elevado de juros e famílias ainda com patamar expressivo de endividamento. No entendimento do especialista, a cada mês essas duas forças "lutam". E, no mês passado, quem "venceu" foi o desejo de consumir, fortalecido por ideia de emprego e renda ainda relevantes, ressaltou Calvelli.

"Essas duas forças, elas são muito fortes e sempre uma contrária à outra. É sempre difícil a gente ter certeza de qual que vai ganhar", afirmou.

Entretanto, é inegável que o mês de outubro contou com a vitória do consumo interno em alta, ressaltou. Essa constatação é comprovada em outro indicador da Stone, acrescentou. No mês passado, continuou o especialista, a Stone fez mapeamento de vendas em outro produto da empresa, o "Pagar.me". Essa plataforma é um meio de pagamento para vender online. Nela, informou o técnico responsável pelo índice, as vendas nesse canal digital subiram 3,2% ante setembro, com elevação de 4,9% ante outubro do ano passado.

Um outro aspecto que comprova bom momento de consumo e, por consequência, de vendas do varejo

em outubro, foi mapeamento por setores dentro do indicador da Stone. Em oito segmentos analisados pelo índice, cinco apresentaram alta em outubro ante setembro e, na comparação com outubro do ano passado, todos registraram expansão em vendas. Entre destaques citados por ele, estão aumentos em material de construção (5,1%) e tecidos, vestuário e calçados (1,8%).

O desempenho até outubro do comércio, na ótica do indicador, também sinaliza alta anual de vendas no comércio, em 2024 ante ano anterior, acrescentou Calvelli. No ano passado, as vendas do varejo restrito, computadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiram 1,7%. "E ainda teremos a Black Friday [semana promocional de vendas no comércio] em novembro e as vendas de Natal em dezembro", recordou, a citar dois dos principais períodos de faturamento do varejo no país.

Ao ser questionado se recente ciclo de aperto monetário, iniciado pelo Banco Central (BC) no segundo semestre, poderia frear o avanço das vendas do varejo em horizonte de médio e longo prazos, o especialista foi cauteloso. O BC elevou na semana passada a Selic, a taxa básica de juros e que norteia juros de mercado, em 0,5 pont percentual, para 11,25%. Mas o técnico ponderou que o varejo é muito diversificado. Alguns setores são mais dependentes de crédito do que outros, notou. "Existe impacto [da alta de juros no comércio], mas acho que será mais limitado", disse.

O índice de Atividade Econômica Stone Varejo é uma iniciativa da Stone, empresa de tecnologia e serviços financeiros, com o Instituto Propague. O indicador tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (Fed, BC dos EUA), que idealizou um modelo de indicador econômico similar nos EUA. São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

"Existe impacto [da alta de juro sno comércio], mas acho que será mais limitado"

Matheus Calvelli

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

A reforma administrativa por vias tortas - BRUNO CARAZZA

BRUNO CARAZZA

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.

Escreve às segundas-feiras E-mail bru no. carazza@gmail.com

Funcionária pública de alto escalão, Maria Candelária tinha uma rotina de trabalho que era uma moleza: entre idas ao dentista, ao café e à modista, só passava na repartição para assinar o ponto e clava no pé. As más línguas diziam que era amante de um político importante, por isso caiu no serviço público de paraquedas, sem concurso.

Também foi sem se submeter a um processo seletivo que Barnabé se tornou servidor. Contratado como temporário (o termo na época era "extranumerário"), não gozava de estabilidade e ainda era mal remunerado, ganhando pouco mais do que o necessário "para o cigano e o café".

Maria Candelária e Barnabé são tema e título de marchinhas que fizeram sucesso nos carnavais por satirizar a realidade dos **servidores públicos** nos anos 1950. Foi buscando dotar o Estado brasileiro de uma burocracia profissional, estável e bem preparada tecnicamente que o governo de Getúlio Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e depois aprovou um Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, que vigorou até 1990.

Embora importantes para melhorar a qualidade do quadro de servidores, com a institucionalização de algumas carreiras de referência, para as quais o acesso se fazia por concurso, essas medidas não foram capazes de eliminar o aparelhamento político da administração pública, com a indicação de apadrinhados e a contratação precária de trabalhadores que com o passar do tempo se tornavam estáveis.

A Constituição de 1988 representou uma nova tentativa de se garantir um funcionalismo de alto nível e meritocrático, diante dos imperativos de ampliação de direitos individuais e coletivos e de universalização de serviços públicos essenciais como educação,

saúde e segurança. Para tanto, o concurso foi estabelecido como forma primordial para acesso à carreira pública, além de se estabelecer um regime jurídico próprio, com direitos e deveres para os servidores.

Desde então, o número de servidores expandiu-se consideravelmente, sobretudo nos Estados e ainda mais nos municípios, que são os grandes provedores do atendimento direto aos cidadãos. Ainda assim, o tamanho do funcionalismo brasileiro, em relação à nossa força de trabalho, é bem menor do que o de países avançados e mesmo em desenvolvimento.

A derrubada do mito do inchaço da máquina pública brasileira é apenas um dos vários méritos do "Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público", publicado recentemente pela entidade República.org. Elaborado por Vanessa Campagnac, Ana Luiza Pessanha, Paula Frias e Ana Paula Sales, o documento é o mais abrangente panorama sobre a gestão de pessoal no setor público, e traz números (muitos números!) para iluminar os debates atuais sobre cortes de gastos e reforma administrativa.

Premidas pela necessidade de reduzir despesas para manter de pé o arcabouço fiscal, autoridades da área econômica do governo vêm sinalizando a intenção de ressuscitar o PL dos Supersalários para economizar recursos com a folha de pagamentos nos três Poderes e níveis federativos. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal encerrou uma longa pendência jurídica envolvendo um dispositivo da reforma administrativa aprovada por Fernando Henrique Cardoso em 1998 e acabou derrubando o regime jurídico único para a administração direta, reabrindo a possibilidade para a contratação de servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Corrigir distorções remuneratórias e abrir novas possibilidades para arranjos e vínculos trabalhistas no Estado são fundamentais para o equilíbrio fiscal e o melhor atendimento à população. Porém, ao fazê-lo de forma atabalhoada, sem estudos prévios e a escuta de especialistas, por meio de medidas isoladas, corremos o sério risco de alcançarmos o pior dos mundos: não economizar recursos e ainda precarizar o serviço público.

Como demonstra o anuário da República.org, o

contingente de pessoas contratadas de forma temporária por União, Estados e municípios cresceu impressionantes 1.760% entre 2003 e 2022. Contratados de forma simplificada e com poucas garantias empregatícias, os temporários representam não apenas um elevado risco jurídico para o Estado como abrem as portas para apadrinhamento político-partidário, descontinuidade na prestação de serviços e até mesmo corrupção.

Além disso, simplesmente aprovar o PL dos Supersalários, além de não gerar o resultado fiscal esperado (como argumentei aqui na coluna de 21/10), pode representar a perda de oportunidade de se corrigir distorções muito mais profundas na estrutura remuneratória estatal.

O trabalho da República.org apresenta evidências contundentes de como, no Brasil, não há equivalência entre o salário de servidores e a complexidade do seu trabalho, de carreiras similares com salários distintos e ainda de uma ausência completa de padronização entre vencimentos de início e de fim de carreira-além do desvirtuamento dos penduricalhos para uma pequena elite de magistrados, membros do Ministério Público, advogados públicos e fiscais, entre outros.

Precisamos urgentemente de uma discussão ampla e bem embasada sobre o Estado que queremos, e não balas de prata e medidas salvadoras que podem piorar o que já temos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Deputados debatem PEC que transfere verba da educação

Lilian Venturini De São Paulo

A Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) realizará na quarta-feira (13) audiência pública para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que o governo do Estado retire 5% dos recursos da educação para destiná-los à saúde. A proposta é do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e rechaçada pela oposição, que calcula redução de R\$ 10 bilhões ao ano para o ensino público.

O texto é uma das prioridades do governador e começou a ser discutido pelos deputados estaduais nessa semana. A sessão de terça-feira (5) foi marcada por protestos de dezenas de estudantes e integrantes de movimentos populares, que acompanharam o debate do texto na galeria do plenário da Assembléia. Uma parte dos manifestantes ficou do lado de fora do prédio do Legislativo paulista.

Na quarta (6) houve mais debates na Alesp, conforme exigido pelo regimento para análise de PECs. A intenção da base do governo era iniciar a votação da proposta nessa semana, mas houve acordo entre os partidos, incluindo a oposição, para realização da audiência pública, prevista para começar às 9h, no Auditório Paulo Kobayashi.

Há possibilidade de a PEC começar a ser votada já na quarta-feira. Para ser aprovado, o texto precisa passar por duas votações e ter votos favoráveis de três quintos (57) dos 94 deputados nos dois turnos. Tarcísio tem maioria na Assembléia.

O governador enviou a proposta para a Assembléia em outubro do ano passado, mas apenas em abril deste ano o texto começou a ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O relator, Carlos Cezar (PL), da base de Tarcísio, elaborou parecer favorável ao texto, aprovado por 7 votos a 2, em agosto deste ano. O governo optou por esperar o fim da campanha eleitoral para dar andamento à tramitação.

Com a PEC 9/2023, Tarcísio busca o aval dos deputados para alterar a redação do Artigo 255 da Constituição do Estado, que trata do limite mínimo de repasse da receita para Educação. Atualmente, a Carta Paulista estabelece que no mínimo 30% da

receita resultante de **impostos** sejam aplicados anualmente "na manutenção e no desenvolvimento do ensino público".

Segundo cálculos feitos pelos deputados de oposição, os 5% pretendidos pelo governo representarão cerca de R\$ 10 bilhões a menos para a Educação, ao ano. "Estão tentando nos vender uma falsa solução, de que para melhorar a situação da saúde é necessário reduzir o orçamento da Educação. Isso não é verdade. (...) O governo do Estado de São Paulo não está tirando o dinheiro da educação à toa. Ele está retirando porque tem um projeto político para a crise da educação no Estado, que é a privatização", afirmou a deputada Paula Nunes (Psol), em discurso na Alesp na quarta-feira. A deputada fez referência aos dois leilões realizados nessa semana para parcerias público-privada (PPPs) para construção e manutenção de escolas.

A gestão Tarcísio nega que a proposta retire recursos da educação e diz apenas se tratar de uma medida para permitir o re-manejamento de dinheiro para a saúde. O texto da PEC fala em "flexibilizar a vinculação adicional de 5%", que poderiam continuar sendo utilizados para educação ou, a depender da decisão do governo, ser redirecionados para "financiamento adicional das ações e serviços de saúde".

Na mensagem enviada pelo governo à Assembléia para apresentar a PEC, Tarcísio pontua que os 25% remanescentes representam o mesmo percentual estabelecido pela Constituição Federal como percentual mínimo exigido para os Estados repassarem para educação. O governo argumenta ainda que o número de alunos matriculados caiu e, por outro lado, os gastos com saúde aumentaram nos últimos anos, o que justifica a mudança.

"Nota-se, porém, tendência persistente de expansão dos gastos públicos com as ações e serviços de saúde no Estado, o que pode ser explicado em razão do aumento da expectativa de vida da população e dos avanços tecnológicos, com a incorporação de novos tratamentos e medicamentos, inclusive aqueles de custo elevado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)", escreve Tarcísio.

Para a oposição, no entanto, a PEC vai agravar a

situação da educação e questiona por que o governo não busca outras fontes de recursos para saúde. "Poderia tirar recursos de outras áreas para não precisar tirar da Educação. Por exemplo, as isenções fiscais. [São] R\$ 65,6 bilhões de isenções fiscais para empresários", afirmou o deputado Simão Pedro (PT). O valor citado pelo parlamentar é a soma de quanto o governo deixou de receber em receitas neste ano por meio de renúncias fiscais de ICMS, IPVA e ITCMD.

"Eu entendo as argumentações [do governo], sobre a questão da idade e do envelhecimento [da população], A saúde também está um caos. Mas também foi mostrado aqui como existem possibilidades para o governo tirar esse dinheiro de outros lugares, de gerenciar melhor o orçamento para não penalizar a educação. Se a educação do Estado estivesse uma maravilha, tudo bem, mas não é o caso", afirmou a deputada Andréa Werner (PSB).

Relator da PEC, o deputado Carlos Cezar (PL) rebateu as críticas de que a proposta precariza a educação. "Esse é um governo preocupado com educação. Não se pode falar que está retirando recursos. Essa não é uma fala justa, não é verdadeira. Não está se falando em tirar recursos para usar em marketing, em publicidade. Está se falando aqui em usar no que é necessário e não se criar despesas", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Crescimento econômico global dependerá das políticas de Trump

Josh Mitchell e Tom Fairless Dow Jones

Donald Trump voltará à Presidência em uma economia mundial bastante alterada em relação a oito anos atrás - e muito mais dependente dos Estados Unidos.

Isso significa que os planos do presidente eleito, entre eles a adoção generalizada de tarifas para importações, podem ter um impacto ainda maior sobre outros países do que tiveram na primeira rodada da política econômica "EUA em la". Também dão a Trump muito mais poder nas negociações comerciais.

O forte crescimento desde a pandemia de covid-19 ampliou o peso dos EUA na economia mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a parte da produção que cabe aos EUA entre os países ricos do G7 é maior do que em qualquer outro momento desde pelo menos os anos 1980.

O crescimento na China, segunda maior economia do mundo, desacelerou. A Alemanha, maior economia europeia, está em contração. Muitas economias mais pobres estão em colapso sob o peso de excesso de dívida.

Os ganhos dos EUA na produção mundial são, em parte, um reflexo do dólar forte, que eleva o valor da produção americana em relação ao da produção das economias estrangeiras. Mas também de aumentos substanciais na produtividade dos EUA em comparação com o resto do mundo.

As mudanças na economia mundial tornaram os EUA, e não a China, o principal destino para o investimento estrangeiro direto, o que aumentou a exposição que as empresas estrangeiras têm à economia americana e às mudanças na sua política governamental. Um mercado de ações em expansão atraiu para os EUA fluxos enormes de dólares de investimento.

"O fato de que grande parte do resto do mundo hoje enfrenta dificuldades para gerar demanda por conta própria é mais uma razão para que os países tentem chegar a algum tipo de acomodação com Trump", disse Brad Setser, do Council on Foreign Relations.

Trump começou a impor tarifas sobre produtos importados em 2018, principalmente da China, mas também da Europa e outros aliados. Essas tarifas

provocaram rupturas no comércio mundial e sobrecarregaram as grandes economias exportadoras da Ásia e da Europa sem prejudicar de maneira óbvia os EUA, menos dependentes da demanda estrangeira do que seus parceiros comerciais. Na campanha, Trump prometeu impor uma tarifa de pelo menos 60% sobre as importações da China e uma tarifa geral de 10% a 20% sobre produtos de todos os outros países.

O desempenho econômico superior dos EUA tem sido impulsionado em parte pela independência energética e por gastos governamentais massivos, segundo Neil Shearing, economista-chefe da consultoria Capital Economics em Londres. Como os EUA exportam mais energia do que importam - incluindo milhões de barris/mês de petróleo para a China -, o país se beneficia quando os preços da energia sobem, ao contrário do que acontece com importadores líquidos, como China e Europa.

A consequência é que o papel tradicional dos EUA como o centro da economia mundial se tornou ainda mais pronunciado nos anos que se passaram o primeiro mandato de Trump, a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Sua influência sobre a economia da Europa é um exemplo. Os EUA são hoje o maior mercado de exportação da Europa, já que o comércio transatlântico disparou nos últimos anos e as importações europeias da China estagnaram. Os EUA também substituíram a Rússia como principal fornecedor de energia da Europa. A Europa tem grandes superávits comerciais com os EUA, mas grandes déficits comerciais com a China.

O resultado é que o acesso ao mercado dos EUA é muito mais importante para a Europa do que o acesso aos mercados europeus é para os EUA. Essa assimetria dará a Trump uma vantagem nas negociações comerciais com a Europa, de acordo com economistas.

A Alemanha exporta cerca de 7% de todo o seu valor agregado de manufatura para os EUA, mas importa apenas cerca de 0,8% do valor agregado da manufatura dos EUA, de acordo com um estudo publicado em setembro por pesquisadores do Instituto Rio de Pesquisa Econômica, da Alemanha.

"As empresas alemãs são vulneráveis a Trump", afirmou Marcei Fratzscher, presidente do instituto de pesquisa econômica DIW Berlin, que tem sede em Berlim.

Algumas partes da Ásia se beneficiaram com as mudanças nas cadeias de fornecimento provocadas pela guerra comercial de Trump contra a China. Muitos fabricantes, até mesmo chineses, transferiram suas fábricas para países como Vietnã e Camboja. Nos últimos seis meses, as exportações do Sudeste Asiático para os EUA ultrapassaram as da China. Mas isso também os deixa mais expostos a tarifas generalizadas, uma política que os assessores de Trump dizem que será necessária para obrigar a manufatura a voltar para os EUA.

É claro que as políticas de Trump podem criar forças contrárias. As tarifas reduziriam as importações e poderiam afetar a produtividade, mas os cortes de **impostos** elevariam os gastos das famílias e das empresas, incluindo, inevitavelmente, os feitos com importações. Outros países poderiam retaliar taxando produtos dos EUA.

Ao mesmo tempo, um mercado de trabalho aquecido nos EUA elevou os salários, o que é bom para esses trabalhadores. Mas isso poderia pressionar os empregadores a aumentar preços, o que os tornaria mais vulneráveis à concorrência estrangeira.

Muitos economistas estão se preparando para um tipo de guerra comercial diferente da de Trump 1.0, quando o comércio caiu entre os EUA e a China, mas foi redirecionado para outros países. "Enquanto o protecionismo se referir a apenas um país, a China, o mundo pode viver com isso", disse Joerg Kraemer, do Commerzbank. "A coisa se torna difícil ou perigosa se você implementar tarifas para todos os países. Esta seria uma nova era no comércio mundial."

"Tarifas dos EUA para todos os países abria uma nova era no comércio mundial" JoergKraemer

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

De olho em Trump, Pequim lança pacote de US\$ 1,4 tri (Editorial)

O governo chinês lançou um pacote de medidas de US\$ 1,4 trilhão para consertar as finanças dos governos locais, altamente endividados com créditos problemáticos que bancaram a bolha imobiliária, que explodiu há 3 anos.

Autoridades locais usaram veículos especiais para captar recursos e bancar esses investimentos, que permanecem fora de seus balanços. As medidas destinam-se a trazer parte destes débitos às claras, na contabilidade normal dos governos locais. O Fundo Monetário Internacional calcula que a dívida desses veículos chegue a cerca de US\$ 7 trilhões.

Os pacotes estão tendo agora uma frequência quase mensal e é possível que Pequim esteja acelerando a reparação de suas fragilidades econômicas antes que Donald Trump jogue suas bombas tarifárias contra a China. O presidente Xij Jinping cumprimentou Donald Trump por sua vitória no mesmo dia em que o renminbi teve sua maior desvalorização diária desde abril de 2022 - o câmbio depreciado anula parte de aumentos de tarifas sobre as mercadorias que exporta.

Os investidores e analistas ficaram desapontados na sexta-feira porque não houve anúncio de uma grande liberação de recursos para estimular o consumo, retraído após o colapso imobiliário. Medidas nesse sentido podem vir a qualquer momento, mas a preocupação do governo de Xi tem sido depurar as empresas do setor, aliviar o enorme imbróglio de dívidas e calotes e, também, fazer com que o objetivo de crescimento do ano, de 5%, seja atingido. No terceiro trimestre, o **PIB** cresceu 4,6%, e boa parte das previsões dos analistas privados estima a expansão este ano em 4,8%-5%, ou seja, a meta será cumprida. O grande problema chinês é a ameaça deflacionária. O núcleo de **inflação** evoluiu apenas 0,1% em 12 meses em setembro e os preços ao produtor só caem há dois anos.

Os governos locais fazem a maior parte dos gastos públicos do país, 85%, mas detêm apenas 60% da arrecadação (Oxford Economics). Eles estão proibidos de emitir dívidas, daí por que o endividamento fora do balanço, em veículos especiais, foi a solução conveniente para impulsionar a bolha imobiliária até ameaçar sair do controle. Pequim quer retomar as rédeas dessas despesas e autorizou-os a emitir US\$

280 bilhões por ano no período de 2025-2026 e trocar esses títulos por dívidas dos veículos. Segundo o ministro das Finanças, Lo Fo'an, isso regularizará US\$1,75 trilhão de débitos, com uma economia de juros de US\$ 85 bilhões.

Pacotes anteriores atacaram o mesmo problema. Em setembro, houve emissões de longo prazo do governo central em troca de papéis dos governos locais para permitir que estes pudessem comprar e/ou financiar o término do grande estoque de 20 milhões de unidades inacabadas, abandonadas por construtoras falidas. As autoridades poderão transformá-las em habitações populares e financiar a remodelação de cortiços e habitações insalubres.

Em 12 de outubro, o Banco Central entrou em campo para reduzir hipotecas, baixar os juros, encolher o pagamento à vista da compra do segundo imóvel de 25% para 15% e diminuir os depósitos compulsórios, liberando US\$ 140 bilhões para o crédito. No conjunto de medidas, foram injetados US\$ 110 bilhões para que empresas, seguradoras e bancos financiassem a compra de ações. Com o mercado acionário em baixa, o estímulo também daria uma opção de investimentos aos chineses, cujo maior patrimônio são os imóveis, e faria circular os enormes recursos dos poupadores, que fugiram do consumo e desaceleraram a economia.

Com o consumo doméstico combalido (3,2% em setembro, ritmo fraco para padrões chineses), um dos maiores fatores de dinamismo são as exportações, que em outubro cresceram 12,7% ante o mesmo mês de 2023, o maior salto em dois anos. As fortes vendas ao exterior têm servido de válvula de escape para a baixa margem de lucro da indústria doméstica, mas têm data para acabar. O ótimo desempenho do mês passado pode ter sido já inflado por compras antecipadas para escapar dos 60% de aumentos de tarifas prometidos por Donald Trump.

Pequim promete há anos que mudará os motores de sua economia das exportações e investimentos para o consumo doméstico e estímulos à renda. Isso até agora não ocorreu. Xi Jinping colocou suas cartas nas "novas forças produtivas", o esforço de reorientação dos investimentos para tecnologias de ponta e transição energética. Cumprir metas de crescimento ainda é importante porque Xi acredita que em 2035 o **PIB** chinês ultrapassará o americano. Mas a

ultrapassagem na qual os líderes chineses estão interessados é a tecnológica - uma fuga para a frente diante do cerco que EUA e Europa aperfeiçoam para evitar que Pequim tome a dianteira.

Os planos podem dar errado, no entanto. Com a retração imobiliária pesando e uma deflação às portas, a economia chinesa pode desacelerar, o que seria má notícia para a economia mundial e péssima para o Brasil, que tem na China seu maior parceiro comercial. De qualquer forma, o governo de Xi tem grande margem de manobra em uma economia estatal de comando único, e, se tiver que reviver velhos pacotes de estímulo, não hesitará em fazê-lo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038?page=20§ion=1>

Inflação volta no atacarejo e juro alto atrasa planos

Adriana Mattos De São Paulo

A **inflação** alimentar voltou ao atacarejo, o canal de venda que mais cresce no país e que ajudou a proteger o poder de compra da população de menor renda nos últimos anos, com seus preços abaixo dos supermercados. A escalada de preços sentida nas lojas entre 2022 e parte de 2023 afeta até hoje o nível de confiança do consumidor no país, mesmo com a melhora de renda e emprego neste ano.

Esse movimento de alta, que reduz o volume vendido, somado com a necessidade das companhias de controlar o endividamento e o retorno da alta na taxa de juros (Selic), está adiando os planos de maiores investimentos no país.

O Carrefour, a maior empresa varejista do Brasil, e dono do Atacadão, já fala em **inflação** alimentar numa faixa de 6% a 7% no ano.

Os grupos Assai e Carrefour sentiram o aumento mais acelerado de preços em setembro e outubro, e também verificaram alta da **inflação** em seus próprios custos, e não apenas na venda aos clientes. A expectativa é que essa pressão se estenda pelo resto do ano.

Além disso, o GPA, controlador da rede Pão de Açúcar, disse que houve "um forte aumento de preços" não só em categorias de frutas, verduras e legumes, naturalmente afetadas pela piora das condições climáticas, mas também em mercearia básica (que inclui itens como macarrão, feijão e arroz).

Somados, GPA, Assai e Carrefour têm pouco mais de 1,5 mil lojas no Brasil e somam 30% do mercado de varejo alimentar, calculou o Valor. As informações sobre as empresas foram dadas em teleconferência nos últimos dias.

O CEO do Carrefour, Stéphane Maquaire, acredita numa **inflação** alimentar um pouco superior à **inflação** geral do país, como já chegou a ocorrer no passado, mas disse que a empresa buscou segurar repasses, para ganhar em volume.

"Sobre a **inflação** alimentar, é verdade que em setembro entramos em um novo cenário. Tivemos uma alta em maio e junho, impulsionada pela tragédia

no Sul, seguida por uma deflação em julho e agosto. E novamente em setembro e outubro, observamos uma retomada da **inflação** alimentar, com analistas prevendo que possa continuar até o fim do ano", disse o CEO, no início do mês.

Os indícios de um novo repique inflacionário estão no centro das preocupações do Banco Central, e explicam o movimento de alta nos juros, que, se por um lado funciona como ferramenta para esfriar a economia, por outro pesa no custo das dívidas de empresas, com empréstimos atrelados a juros.

Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA alcançou 0,56% em outubro. Em 12 meses, foi a 4,76%. Com isso, superou o teto da meta perseguida pelo BC, de 3% para 2024, com margem de tolerância de 1,5 ponto. Na quarta-feira (6), o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou os juros de 10,75% para 11,25% ao ano.

Até agosto, havia deflação nas lojas de varejo e atacarejo alimentar no sequencial de mês a mês. Só que, com a virada na curva, até existe uma melhora na receita nominal, porque a **inflação** eleva faturamento, mas tende a ocorrer um recuo em volume vendido.

Isso tem efeito positivo para a rede, porque a **inflação** de custos das empresas (inclui energia, insumos), mesmo pressionada, tende a ficar abaixo da **inflação** alimentar neste ano. É algo que ajuda na conta das despesas. Mas também pode ser negativo considerando, principalmente, o negócio de atacado, voltado a ganhos de escala, que são afetados quando a **inflação** sobe.

O presidente do Assai, Belmiro Gomes, também mencionou, na sexta-feira (8), a volta da **inflação** após agosto. Mas disse que isso ainda não havia levado o comprador pessoa jurídica (bares, hotéis, restaurantes) a se estocar mais, para se proteger de uma escalada de preços, como em 2022. "Teremos um movimento inflacionário superior no quarto trimestre", disse.

Gomes afirmou ainda que o Assai não seguirá o caminho adotado pelo Atacadão em abril, quando a rede do Carrefour começou a vender produtos parcelados em todos os cartões em três vezes sem juros.

Financiar a venda ao cliente foi uma forma de elevar volumes, mas há risco de aumento no consumo do capital de giro. Na conferência de resultados neste mês, o Carrefour disse que manterá a política de venda parcelada no cartão, pois tem tido resultados positivos.

Em vendas, o Atacadão cresceu 8,3% de julho a setembro, quando a **inflação** já voltava mais forte, e o Assai avançou 9,3% (veja tabela acima) frente ao ano anterior.

Nesse ambiente de incertezas e custo de capital mais alto após a alta da Selic, Assai e Atacadão mantêm postura cautelosa em termos de aumento de investimentos.

Maquaire, do Carrefour, disse que a prioridade é diminuir a alavancagem e conversões de hipermercados em Atacadão e Sam's Club exigem menos recursos, e ainda estão no radar até 2025. Também afirmou que é "cedo demais" para falar de expansão em 2025 e 2026. "Vemos um cenário com um pouco menos de aberturas no próximo ano, sempre cuidando da nossa alavancagem".

O Assai já anunciou, em outubro, 10 inaugurações em 2025 (antes, falava em 20), versus 15 neste ano, além da decisão de postergar projetos - pela necessidade de gerar caixa para reduzir mais o endividamento. Isso ocorreu em 2024.

"Acabamos de anunciar revisão de plano de lojas para 2025, porque a curva de juros piorou, e agora o que temos são dez lojas em 2025, mas com redução de curva de alavancagem. Óbvio que estamos machucados, com parte do Ebitda indo para pagar juros. Podemos ter revisão de aberturas em 2026, mas para 2025, não", disse Gomes. Ebitda mede lucro antes de juros, **impostos**, amortização e depreciação. De julho a setembro, o indicador de alavancagem financeira do Assai (relação entre dívida e Ebitda) foi de 3,52 vezes, ante 4,4 vezes um ano atrás.

Neste ano, o recuo neste índice veio mais do Ebitda maior do que de recuo forte de dívida. Para 2025, a ideia é tentar elevar Ebitda e reduzir dívida, disse Vitor Faga, vice-presidente de finanças do Assai.

Já houve renegociações e início de ampliação no prazo de pagamento de dívidas da cadeia, transferindo R\$ 3 bilhões a vencer em 2025 e 2026 para 2028 e 2029. O Assai teve uma queda de 16% no lucro líquido de julho a setembro, para R\$ 156 milhões. O Atacadão não publica esse dado.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038>

Inflação reduz lealdade, mas brasileiro aceita pagar mais

Alimentação Andréa Assef Para o Valor, de São Paulo

O cenário de **inflação** reduz a lealdade do consumidor. Mesmo assim, o consumidor brasileiro, de modo geral, ainda está disposto a pagar por marcas nas quais ele confia, afirma Carolina Riotto, diretora de marketing da unidade de nutrição da Unilever Brasil e que está à frente de marcas como Hellmann's, Mãe Terra, Knorr e Maizena.

Com mais de 17 anos de experiência, a executiva atuou no desenvolvimento estratégico e na inovação de marcas na América Latina, no Sudeste Asiático e na Europa. Na opinião dela, para que as pessoas falem da marca de forma espontânea, é essencial que ela ofereça experiências memoráveis, produtos de alta qualidade e valores que se conectem com o público.

A executiva conta como os jovens estão adotando no consumo práticas ligadas ao meio ambiente, e como a empresa se adapta para ser atrativa a esse público, inclusive por meio do esporte.

A seguir, os principais pontos da entrevista: Valor: Em tempos de **inflação** em alta o consumidor costuma ser menos fiel a marcas e ir em busca de preços mais baixos. Isso ainda ocorre no Brasil, em regiões de menor poder aquisitivo?

Carolina Riotto: Sim, o cenário de **inflação** reduz a lealdade do consumidor e é natural que ele priorize o orçamento, buscando opções mais acessíveis. Mas mesmo que isso altere comportamentos de compra, em geral, o consumidor brasileiro ainda está disposto a pagar por marcas nas quais ele confia. Com um orçamento menor, é preciso ser ainda mais assertivo, pois o erro não é uma opção na hora de preparar uma ceia de fim de ano, por exemplo.

Valor: No último The Gathering Summit, evento que reúne grandes líderes do marketing global, realizado em outubro no Canadá, Gary Vaynerchuk, especialista em marketing digital, disse que, pela primeira vez na história do marketing, é a criatividade - e não o investimento financeiro - que assegura o alcance de uma ação. Você concorda?

Riotto: Eu acredito muito nisso. Lógico que ainda um bom investimento de mídia tem um papel fundamental para espalhar a mensagem e ter um alcance

significativo. Porém, a relevância do conteúdo e a forma de consumi-lo são as grandes mudanças do jogo.

Valor: Pode citar um exemplo?

Riotto: A parceria entre Hellmann's e a NBA, a principal liga de basquete do mundo, desde 2023, é um ótimo exemplo. Identificamos que a NBA está crescendo rapidamente no Brasil, com mais de 45 milhões de fãs. Mas o atrativo não é apenas o esporte em si; é tudo o que ele representa. A NBA é moda, 'Tifestyle', gastro-nomia e música. Essa imagem jovem e conectada à cultura pop é algo que a NBA traz para Hellmann's. O consumidor quer fazer parte desse universo. Quando encontramos um ponto de paixão que se alinha com a essência da marca-onde as marcas compartilham valores, personalidade e objetivos -, surge a oportunidade de uma associação genuína.

Valor: Qual foi o ponto de contato entre Hellmann's e NBA?

Riotto: Sabemos que os produtos Hellmann's são mais consumidos à noite, geralmente em lanches rápidos, muitas vezes em frente à televisão. Assim, identificamos uma oportunidade de consumo ligada aos jogos da NBA no Brasil. A parceria incluiu uma linha de produtos em que cada molho representava um time da NBA, com sabores inspirados nas cidades dessas equipes. A estratégia também gerou conteúdos com receitas e uma promoção que permitia trocar selos das embalagens por itens colecionáveis da liga.

Valor: As vendas cresceram?

Riotto: Sim. Próximo da final da NBA, em maio e junho, que são sazonalmente mais fracos para as vendas de maionese, chegamos a patamares de vendas semelhantes ao fim do ano, nossa melhor época.

Valor: Como fazer as pessoas falarem da sua marca em vez de você ter que falar dela?

Riotto: Para que as pessoas falem da sua marca de forma espontânea, é essencial que ela ofereça experiências memoráveis, produtos de alta qualidade e valores que se conectem com o público. Uma das

formas mais eficazes de alcançar isso é investir na criação de um propósito autêntico que vá além do produto. Quando uma marca apoia causas com as quais seu público se identifica ou demonstra compromisso genuíno com sustentabilidade, inclusão ou responsabilidade social, ela deixa uma impressão duradoura que incentiva as pessoas a compartilharem suas experiências. Em vez de insistir em uma propaganda invasiva e que interrompe a experiência, as marcas precisam criar conteúdos relevantes que realmente prendam a atenção e gerem assunto.

Valor: O consumidor no Brasil se preocupa com marcas que defendem o meio ambiente, ou isso é uma fatia muito pequena da população?

Riotto: Infelizmente, essa preocupação ainda é restrita a uma parcela pequena da população brasileira. No entanto, as gerações mais jovens, que têm maior acesso à informação e estão mais expostas às discussões globais sobre meio ambiente, estão demonstrando um interesse crescente pela sustentabilidade. Eles são mais conscientes do impacto das escolhas de consumo no planeta, e essa preocupação começa a influenciar seu comportamento de compra e suas expectativas em relação às marcas.

Valor: Eles querem mais das marcas?

Riotto: Sim, para eles, não basta que uma marca tenha um bom produto; é preciso que ela mostre responsabilidade em suas práticas e compromisso real com a redução dos impactos ambientais. Isso inclui desde o uso de embalagens sustentáveis até processos de produção menos agressivos ao meio ambiente, além de iniciativas de reciclagem e parcerias com causas ambientais. Temos um exemplo que nos dá muito orgulho na Unilever, o 'Unidos pela Comida', um movimento focado em combater o desperdício de alimentos, unindo supermercados e setores da indústria em uma corrente solidária e de transformação. Surgiu na pande-mia, com voluntários.

Valor: Qual foi o resultado da ação?

Riotto: Desenvolvemos uma cadeia de doação inovadora e eficiente. É um programa que salvou 1,8 tonelada de alimentos de irem para o lixo e os destinou para complementar mais de 3 milhões de refeições para população em situação de vulnerabilidade alimentar.

Valor: Como tem sido o impacto da IA no marketing?

Riotto: A IA está entrando muito ativamente no nosso dia a dia como um otimizador de processos, mas tem o fator humano que é insubstituível. Como representante da categoria de alimentos, acredito que

é um setor no qual o contato humano faz muita diferença. Comida é sobre experimentar o paladar, sobre a memória afetiva que aquilo traz, com quem você está compartilhando aquela refeição. É sobre textura, cheiro, emoção. Eu acho um privilégio estar em uma categoria em que a relação humana ainda é tão necessária e tão prioritária.

É um privilégio estar num setor em que a relação humana é ainda tão necessária

Carolina Riotto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188038>

Piora externa se soma a risco fiscal e deixa investidor em alerta

Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende De São Paulo

Ficou para trás o alívio que deu apoio aos ativos domésticos durante a semana. Enquanto o governo tem demorado para apresentar o pacote de cortes de gastos prometido pelo Ministério da Fazenda, a percepção de risco fiscal continua a exibir deterioração e ganha apoio do cenário externo, que se mostra ainda mais espinhoso. Começam a surgir as primeiras evidências de que Donald Trump deve promover uma política comercial bem mais protecionista nos Estados Unidos, algo que se soma a uma nova frustração com os estímulos chineses. O resultado é uma piora exponencial do ambiente para emergentes e, portanto, para os ativos brasileiros, que mantêm os prêmios de risco elevados.

O comportamento da taxa de câmbio ajuda a exemplificar a instabilidade que permeou os mercados nos últimos dias. Somente na semana passada, o dólar chegou a tocar R\$ 5,63 na mínima e R\$ 5,83 na máxima, encerrando a sexta-feira no ponto-médio da banda. Passado o ajuste técnico observado após a vitória de Trump nas eleições americanas, o mercado se depara com fatores externos bastante negativos, que, diante do adiamento da resolução das questões fiscais brasileiras, têm levado a uma exigência de cada vez mais prêmio de risco nos ativos domésticos.

Com a demora na apresentação do plano fiscal de Haddad para manter o arcabouço fiscal em pé nos próximos anos e rumores de que alguns programas, que antes eram tidos como certos dentro do pacote, não devem constar no projeto, a desconfiança do mercado aumenta e ajuda a alimentar a percepção de risco doméstica.

"O governo tinha que entender que a evolução da dívida/**PIB** como é hoje está completamente insustentável e que não adianta fazer um déficit primário que pareça pequeno, mas que, com várias medidas paliativas e temporárias, acaba gerando um déficit nominal enorme", avalia Bruno Marques, sócio e cogestor dos fundos multimercado da XP Asset Management. Para ele, o governo deveria focar em soluções mais estruturais para uma redução do tamanho da dívida. E a situação fica ainda mais complexa ao se somar o cenário externo, que aponta para dólar e juros em alta.

A postura protecionista que o governo Trump deve adotar já começa a ser incorporada pelos mercados financeiros. A chance de Robert Lighthizer reassumir o posto de representante comercial americano novamente acendeu um alerta no mercado de que a ameaça de tarifas na política comercial do republicano pode, de fato, se concretizar, já que Lighthizer foi o responsável pelas ações tarifárias no primeiro mandato de Trump.

"Se ele impuser tarifas na Europa, na China e no México, isso irá resultar em um dólar mais forte, com repercussão em todas as divisas globais", avalia o economista-chefe da WHG, Fernando Fenolio. E é justamente no contexto de uma pressão externa crescente que se faz necessária uma redução do prêmio de risco atrelado às questões locais, que são, no momento, o principal fator de depreciação do real, de acordo com uma decomposição do movimento do câmbio feita pela gestora.

"Se não houver uma melhora aqui e o risco global aumentar, o câmbio só vai depreciar ainda mais, superando esses patamares altos recentes", alerta o economista. "E, com o ambiente global mais estressado, o investidor vai exigir uma política local mais clara e menos incerta", enfatiza Fenolio, para quem nem mesmo o aumento do diferencial de juros entre Brasil e EUA pode conter de forma sustentável a depreciação do real.

Na semana passada, era grande a expectativa pelo anúncio do pacote de cortes de gastos, mas, mesmo com diversas reuniões ao longo da semana, o governo não chegou a um acordo entre a equipe econômica e ministros das áreas sociais, que têm resistido à pressão por uma redução nas despesas. A chance de que haja uma desidratação do plano de redução das despesas já começa a subir na lista de preocupações do mercado.

"A questão é que começamos a falar agora um pouco de dominância fiscal e, quando há dominância fiscal, não há juro que segure o câmbio porque começa a surgir uma desconfiança dos agentes do mercado em relação ao governo pagar sua dívida", afirma Fenolio. Ele lembra que, em geral, quando há aumento dos juros, há também apreciação do câmbio, mas, em momentos de crise, essa relação se inverte e o

aumento da taxa ocorre também com movimentos de depreciação do câmbio, como ocorreu em 2014 e em 2015. "Se você analisar de março para cá, a relação também ficou invertida, com a correlação negativa: os juros subindo e o câmbio depreciando." O nível dos ativos brasileiros no fim da semana passada aponta, de fato, para prêmios de risco elevados em todos os ativos, mesmo com a percepção de aumento do diferencial de juros à frente. Enquanto o dólar ficou em R\$ 5,73, os juros de médio e de longo prazos voltaram a encostar no nível simbólico de 13%, enquanto as taxas das NTN-Bs (juros reais) de longo prazo continuaram acima de 6,5%.

"Esperamos que o pacote saia em breve. De maneira geral, o que nós esperamos é uma tentativa do governo de trazer o conceito original do arcabouço de volta, no sentido de que ele será, de fato, uma restrição à evolução do crescimento dos gastos do governo e de que se consiga implementar regras e limitações que façam com que o gasto do governo cresça em torno dos 2,5%, o que era mais ou menos o prometido pelo arcabouço no ano passado", afirma o ex-diretor do BC e estrategista-chefe da BTG Pactual Asset Management, Tiago Berriel.

Em revisão mensal de cenário, ele avalia que as coisas específicas do pacote precisam ser observadas, ao notar que alguns pontos que têm vindo à tona na imprensa são de difícil implementação política, como mudanças em gastos sociais. "A iniciativa é boa. É importante nós, pelo menos, voltarmos a ter a capacidade de entregar o que foi prometido no arcabouço, mas não é só o pacote que temos que olhar. Temos que ver se vamos conseguir entregar isso no Congresso e se, politicamente, será sustentável. É bem desafiador", diz Berriel.

Caso o pacote fiscal agrade, é possível haver um rali de alívio nos ativos brasileiros, "mas eles tendem a ser temporários", enfatiza o diretor de investimentos da Western Asset no Brasil, Paulo Clini, ao avaliar que alguns ativos estão com preços bastante esticados. Para ele, a força da economia americana e a perspectiva de juros mais altos no longo prazo diminuem o apetite do estrangeiro por outros mercados, o que inclui o Brasil. E, sem esse alocador, é improvável que o mercado doméstico tenha um rali consistente.

"O investidor global está retraído e é ele que tende a puxar a estrutura a termo da curva [de juros]. Isso não está afetando só o Brasil, mas também diversos países emergentes como México, Colômbia, Chile, alguns países do sudeste asiático e do leste europeu", diz Clini. E a eleição de Trump, cujas políticas podem pressionar a **inflação** e os juros dos EUA, só fortalecem a ideia de "excepcionalismo americano",

ênfata o executivo.

"Com a "onda republicana", os freios e contrapesos [às políticas de Trump] ficam menos presentes. Trump está empoderado e um Congresso republicano muito dificilmente será um contraponto para implementação da sua agenda", diz Clini. Com o mal-estar dos investidores locais com a política fiscal do governo e a baixa disposição externa em alocar nos mercados emergentes, "fica difícil apostar que o mercado reconhecerá nos próximos meses que o prêmio de risco está excessivo", enfatiza o executivo da Western.

E há ainda a possibilidade de o pacote fiscal do governo decepcionar, alerta o economista-chefe da JGP, Fernando Rocha: "O mercado vai separar o joio do trigo. Se vierem R\$ 50 bilhões em corte, mas for de "pente-fino", o pessoal não vai gostar muito."

"Fica difícil apostar que o mercado reconhecerá nos próximos meses que o prêmio de risco está excessivo"
Paulo Clini

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188038>

Caixa reforça consignado e mira no INSS

Álvaro Campos De São Paulo

A Caixa está reformulando sua operação de crédito consignado, com aumento da rede de distribuição e um novo foco nos beneficiários do **INSS**. A estratégia é de longo prazo, mas ocorre em um momento em que o spread do consignado **INSS** está na mínima histórica e muitos bancos, especialmente os privados, têm reduzido a originação.

A instituição financeira é vice-líder no segmento, com uma carteira total de R\$ 101 bilhões em consignado. Porém, diferentemente de quase todos os demais bancos, que têm o empréstimo a beneficiários do **INSS** como a principal linha, na Caixa o consignado a **servidores públicos** é mais forte. Hoje, 84% da originação se dá nas agências, mas o objetivo é ampliar a oferta por meio de correspondentes bancários.

O sistema financeiro tem um estoque de R\$ 672 bilhões em consignado, sendo que desse total R\$ 268 bilhões (quase 40%) está em **INSS**, R\$ 40 bilhões no setor privado e R\$ 363 bilhões em **servidores públicos**. Caixa - assim como o Banco do Brasil - tem uma proporção diferente dos demais. Na Caixa, da carteira total somente 19% são **INSS**. A maior parte (43%) é de consignado para servidores municipais, seguido de estaduais (16%), federais (13%) e do Judiciário (7%).

Carlos Vieira, que assumiu o comando da Caixa em outubro do ano passado, já trabalhou na BRB Financeira, onde teve experiência com consignado, e trouxe para comandar a diretoria de produtos de varejo Luiz Francisco Monteiro de Barros, que foi CEO do Pan, onde também trabalhou bastante com esse produto.

Barros afirma que 84% do consignado da Caixa ainda é gerado nas agências, que são o canal mais caro. Nos últimos anos, o banco reforçou os canais digitais e a fatia deles subiu para cerca de 11%. A rede de lotéricas faz muito pouco, algo como 0,5% da originação, fatia parecida com a dos caixas eletrônicos. Os 4% restantes vêm da rede de correspondentes bancários (corban).

Hoje são quase 4 mil agentes, conhecidos como "pastinhas".

A Caixa trabalhava com correspondentes menores, muitos deles individuais, mas agora está em processo

para plugar grandes casas, com centenas de agentes. "Hoje existem mais de 100 mil agentes de crédito no Brasil. Tem corban que produz mais de R\$ 1 bilhão por mês, então queremos trazer essas casas maiores. Estamos definindo os pré-requisitos, preparando as APIs, para fazer um piloto. Nosso MVP [produto em fase de teste] mira o **INSS**", diz Barros.

O diretor afirma que quase 6,4 milhões de beneficiários do **INSS** recebem pela Caixa, e uma fatia enorme desse público toma consignado em outros bancos. Ou seja, o banco poderia estar pescando dentro de casa, mas tem deixado esses clientes escaparem para a concorrência. "Vou trabalhar melhor esse público, reforçar a atuação na portabilidade e no refinanciamento do consignado para fins de defesa. E, ao mesmo tempo, essa abordagem com novos parceiros também me permite buscar clientes que hoje não estão dentro de casa. Então não vamos só ficar na defensiva, também vamos partir para o ataque." O movimento da Caixa de buscar o que seria sua "fatia justa" no consignado **INSS** ocorre em um momento em que o spread dessa linha está nas mínimas históricas. O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) reduziu o teto de juros repetidas vezes, usando a Selic como argumento, e agora que a taxa básica voltou a subir esse limite não foi reajustado.

Fontes da indústria apontam que o spread atual do consignado **INSS** está em níveis extremamente apertados. Em março de 2023, quando CNPS reduziu o teto para 1,70% ao mês, esse spread bruto caiu para 9,14% e levou até bancos públicos, como a Caixa e o Banco do Brasil, a interromper a concessão. Naquela ocasião, o CNPS se viu obrigado a voltar atrás e elevar novamente a taxa. Agora, no patamar atual de 1,66% ao mês, o teto de juros levou o spread bruto a 7,56%.

Segundo Barros, o banco tem buscado crescer em outras linhas para pessoa física - o que colabora para melhorar a composição da carteira - e no caso do consignado é preciso analisar diversas questões, como a principalidade do cliente. "É preciso ter uma visão holística do cliente. Acreditamos que existem muitas oportunidades dentro desse mercado [de consignado] e a gente ainda consegue crescer em outros produtos com esses clientes. As margens do consignado estão mais comprimidas, e o movimento de mercado, com a subida da curva de juros, vai deixando mais difícil. Mas vamos aguardar o que o **INSS** vai fazer." Mesmo reconhecendo que a originação na agência é mais cara, Barros diz que a

capilaridade da Caixa e o modelo que combina físico e digital - que ele chama de "figital" - são diferenciais do banco. "Quem é digital vamos atender pelo digital, mas sempre teremos o físico. Temos de conseguir atender com produtos e serviços adequados para a baixa renda." Barros lembra que a Caixa anunciou recentemente a contratação de quase 4 mil concursados, sendo que metade vai para a área de tecnologia. "Estamos aprimorando o aplicativo, deixando a jornada mais fluida."

"Vou trabalhar melhor esse público **[INSS]**, reforçar portabilidade e refinanciamento para fins de defesa"
Luiz Barros

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038>

BC abre caminho para bancos e corretoras entrarem em "cripto"

Ricardo Bomfim e Toni Sciarretta De São Paulo

O Banco Central (BC) prepara o caminho para que grandes bancos, corretoras e plataformas de investimento das finanças tradicionais tenham segurança para operar no mercado de ativos digitais. Já startups criptonativas, particularmente as estrangeiras e de menor porte que comandaram esse mercado, poderão ter dificuldades para regularizarem sua situação e cumprirem as exigências que constarão da futura regulação.

Duas consultas públicas sobre o tema sugerem exigências de capital, regras de governança e proteção ao consumidor que precisarão ser seguidas por todos. As plataformas de criptomoedas que já operam no Brasil precisarão obter licenças de prestadoras de serviços de ativos virtuais - Vasps -, ao passo que instituições financeiras já reguladas terão entrada facilitada. Em jogo está um mercado com mais de 5 milhões de usuários, que até setembro deste ano movimentou R\$ 247,8 bilhões.

Os prestadores de serviço terão três tipos diferentes de licença (intermediárias, custodiantes e corretoras) e requisitos de capital mínimo para cada uma dessas atividades. Rodrigo Caldas de Carvalho Borges, sócio do CBA Advogados, diz que o BC atribuiu um capital mínimo para cada uma das atividades de modo a balancear o risco de operação. Para as intermediárias, o capital mínimo é de R\$ 1 milhão; para as custodiantes, de R\$ 2 milhões; e para as corretoras, que englobam as duas outras atividades, será de R\$ 3 milhões.

"O capital mínimo é para assegurar que os players tenham condição para prover aqueles serviços aos quais serão autorizados", explica. "De fato, ele gera uma possibilidade das instituições financeiras entrarem neste mercado, porque já atendem a preceitos mais rigorosos de regulação." Para Fabio Rodarte, do Levy Salomão, as novas regras implicam custos regulatórios que podem restringir a participação no mercado. "O Banco Central poderia ter estabelecido outros requisitos de autorização de maneira proporcional aos riscos individuais e sistêmicos oferecidos. Por exemplo, determinando procedimentos simplificados de autorização para entidades que movimentam menores volumes financeiros." Por outro lado, Nicole Dyskant,

conselheira da Fireblocks, diz que apesar de alguns pontos merecerem maior esclarecimento, a norma foi bem feita e protegerá os investidores. Na avaliação da advogada, já era esperado que o arcabouço do BC para medidas como prevenção à lavagem de dinheiro fosse similar ao das instituições financeiras. "Não é que uma startup terá o mesmo nível de compliance de um banco, mas precisará ter área de risco e procedimento escrito. É do jogo, apesar de dificultar o início das startups", argumenta. Dyskant avalia que alguns pontos esclarecidos, como as condições em que é permitida alavancagem e a contratação de custodiantes no exterior, são pontos positivos.

Tatiana Mello Guazzelli, sócia de Pinheiro Neto Advogados, comenta que o processo de autorização para uma empresa operar com criptoativos no Brasil seguirá em grande parte o que já é cumprido por outras instituições reguladas pelo BC. "Incluem-se a necessidade de sociedade no Brasil, três diretores, estrutura de gerenciamento de riscos, sistema de controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro", destaca. É nestes quesitos, além da questão da "travei rule", que obriga a instituição não só a compartilhar informações sobre seus clientes como também identificar o beneficiário da transação, que os criptonativos demonstram preocupação.

Uma profissional do setor que preferiu não se identificar disse que o requisito de capital mínimo não é um problema, mas a "travei rule" e a quantidade de controles aos quais as corretoras serão submetidas preocupam. "Se pegar tudo o que teremos que reportar para a receita, mais o que teremos que reportar para o BC, as ferramentas que temos não serão suficientes", disse.

A **Receita Federal** também abriu uma consulta pública para atualização das normas para declarações de criptoativos. O fisco adiantou que a nova regra envolverá a captação de informações de transferência de criptoativos do exterior ao Brasil e vice-versa, ativo digital referenciado em outros ativos, transmissão de criptoativo para plataformas de finanças descentralizadas, entre outros pontos.

Os representantes das empresas do setor de criptoativos que operam no Brasil disseram que a consulta do BC está "em linha com o que o mercado estava esperando e solicitando". Ricardo Dantas, CEO

da Foxbit, aponta que por mais que a regulação possa aumentar a burocracia, ela é importante para a construção de um mercado cada vez mais sólido no país. Gislene Cabral, chefe de compliance e riscos na Nova-DAX, disse que a proposta representa um avanço no cenário regulatório brasileiro. Julia Rosin, líder de políticas públicas da Bitso, afirmou que o BC quis deixar a via aberta para todos os que já estão operando e que têm condições mínimas de para prestar os serviços de intermediação e custódia. Ibiaçu Caetano, CFO do Bitybank, destacou a determinação da segregação patrimonial para evitar a confusão entre o patrimônio dos clientes e o das exchanges.

"O capital mínimo é para assegurar que os players tenham condição para prover o serviço autorizado"
Rodrigo Carvalho

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038>

Reforma do Código Civil e os contratos internacionais - OPINIÃO JURÍDICA

Bruno Barreto de A. Teixeira é doutor em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mestre em Direito (LLM.) pela New York University School of Law sócio de LDCM Advogados

A Comissão de Juristas responsável pela atualização do Código Civil concluiu, em abril, a análise do relatório final do projeto. Muito já foi escrito sobre seus avanços (e retrocessos). Mas pouco se fala sobre seu silêncio acerca de um tema cada vez mais relevante para a economia brasileira e global: os contratos comerciais internacionais.

Os contratos comerciais internacionais são os principais instrumentos de fomento do comércio internacional. A tendência é que países mais engajados no comércio internacional observem maior desenvolvimento econômico e social. Um estudo das Nações Unidas demonstra que o crescimento do comércio internacional no período entre 1996 e 2006 impactou diretamente o **PIB** mundial, que cresceu mais de 16% no período. Ademais, dos dez países com os maiores PIBs, oito são nações consideradas desenvolvidas. E os dois países considerados pelas Nações Unidas como em desenvolvimento - China e Índia-são amplamente envolvidos no comércio internacional.

O século XXI trouxe também uma importante novidade: a transição do modelo de contratação internacional. Historicamente, o comércio internacional foi construído sob o prisma de contratos simples, como a compra e venda. A influência do capital estrangeiro trouxe consigo um novo modelo de contratos mais complexos, relacionais e duradouros, como os contratos de construção, M A e jointventures.

E o sistema jurídico atual não é adequado para essa nova realidade.

Esses contratos complexos são ainda mais afetados ao que talvez seja o principal elemento de risco da contratação internacional: a chamada pluralidade de ordens jurídicas. Um contrato comercial internacional envolve o interesse de partes relacionadas em países distintos-o que atrai, para si, o perigo de potencial aplicação de múltiplos sistemas jurídicos a um mesmo contrato.

Os contratos comerciais internacionais são, ainda hoje, regulados pelo Direito Internacional Privado. Esse ramo do direito tem como um de seus objetivos estipular regras para aplicação de uma lei doméstica aplicável a uma relação jurídica internacional.

Teoricamente, conectar um contrato comercial internacional a um direito doméstico mitigaria os efeitos da pluralidade de ordens jurídicas. Entretanto, o Direito Internacional Privado clássico aparenta gerar mais dificuldades do que soluções para aqueles que navegam pelas tortuosas águas do comércio internacional.

Nesse ponto, deve-se destacar o extenso trabalho dos economistas Dieter Schmidtchen e Hans-Jörg Schmidt-Trenz. Em sua obra, eles concluem que o Direito Internacional Privado amplia os efeitos da pluralidade de ordens jurídicas, afetando profundamente a segurança e eficiência dos contratos comerciais internacionais.

A adoção de convenções uniformes, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) - em vigor no Brasil desde 2014 - é um movimento importante na batalha contra a pluralidade de ordens jurídicas. Contudo, seu escopo limitado significa, também, uma limitação de sua eficácia.

Mas um novo (e interessante) movimento pode ser percebido no plano internacional: reformas legislativas do Direito dos Contratos baseadas em práticas e instrumentos internacionais. A reforma do Código Civil francês de 2016, por exemplo, foi fortemente influenciada pelos princípios que regem o direito dos contratos comerciais internacionais.

Esse movimento tem forte influência do direito não estatal, em especial dos Princípios do Unidroit sobre os contratos comerciais internacionais. Elaborados no âmbito do Unidroit- uma organização internacional da qual o Brasil é parte -, os princípios têm como uma de suas funções influenciar a reforma da legislação doméstica.

O projeto de reforma do Código Civil infelizmente passa ao largo desse debate. Isso é particularmente preocupante no caso do Brasil, vez que nosso direito ainda é bastante atrasado no que tange à

regulamentação dos contratos comerciais internacionais.

O Brasil tem, hoje, uma a oportunidade de ouro: incorporar no Código Civil regras específicas para os contratos comerciais internacionais. Como atos jurídicos distintos dos negócios jurídicos domésticos, adotar regras específicas sobre existência, validade, eficácia, formação, interpretação, inadimplemento, resolução e lei aplicável aos contratos comerciais internacionais - regras essas que aproximem o direito brasileiro das melhores práticas adotadas ao redor do globo-colocaria nosso país em uma posição de vanguarda na seara internacional, como acontece, por exemplo, no campo da arbitragem.

Por esses motivos, seria um enorme desperdício passar por um processo de reforma do Código Civil sem ao menos discutir esse tema. A economia brasileira muito se beneficiaria de regras específicas que aproximem os contratos comerciais internacionais envolvendo partes brasileiras da prática internacional, dando maior estabilidade e segurança às operações comerciais e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

Bruno Barreto de A. Teixeira é doutor em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mestre em Direito (LLM.) pela New York University School of Law sócio de LDCM Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038>

Setor quer fruto de US\$ 135 mi em doações nos EUA

Fola Akinnibi e Biz Carson Bloomberg

A indústria de criptomoedas gastou cerca de US\$ 135 milhões em doações para mais de 50 candidatos, entre democratas e republicanos, favoritos e azarões, no ciclo eleitoral de 2024. A grande maioria venceu a disputa e a agora o setor de ativos digitais busca colher os frutos desse engajamento.

A maior aposta foi em Ohio, onde o segmento empenhou mais de US\$ 40 milhões para bancar o republicano Bernie Moreno em sua tentativa de desbancar o senador democrata de longa data Sherrod Brown, considerado um "criptocético". Moreno, que estava atrás nas pesquisas até o final de outubro, foi declarado vencedor com 50,2% dos votos. "Washington recebeu uma mensagem clara de que ser anticripto é uma boa maneira de encerrar sua carreira", disse o CEO da Coinbase, Brian Armstrong, em um post no X, comemorando os resultados da eleição.

Pode até ser uma surpresa para os eleitores, mas candidatos e anúncios financiados pelos comitês de arrecadação para campanha do setor cripto mal mencionaram o nome da indústria ou seu tema favorito, que é a regulação de ativos digitais. No entanto, o Fairshake, um dos principais veículos de financiamento de campanha política, se tornou o maior super PAC da história. O Fairshake e dois super PACs afiliados-Defend American Jobs e Protect Progress-foram financiados por Coinbase, Ripple Labs e Andreessen Horowitz, entre outros pesos pesados da indústria cripto. O porte desses grupos ofuscou doadores tradicionais como Koch Industries e Chevron. Agora, só ficam atrás da indústria de combustíveis fósseis em dinheiro total para financiar campanhas, de acordo com a organização sem fins lucrativos de defesa do consumidor Public Citizen.

Horas após os resultados da eleição, um grupo de lobby ligado ao setor cripto, a Cedar Innovation Foundation, divulgou uma declaração celebrando "o Congresso mais pró-blockchain e pró-cripto da história", pedindo ao presidente eleito Donald Trump que demitisse imediatamente o presidente da SEC (Comissão de Valores Mobiliários), Gary Gensler.

A indústria planeja continuar pressionando por regulamentações favoráveis. A Coinbase e a Ripple

têm construído seus esforços de lobby, empregando mais profissionais registrados em 2024 do que nunca, de acordo com uma análise da OpenSecrets. A Andreessen Horowitz, gestora de venture capital com grandes investimentos em criptoativos, planeja abrir um escritório em Washington.

Enquanto isso, a Fairshake está enchendo seus cofres para as eleições de meio de mandato. Na semana passada, a Coinbase se comprometeu com US\$ 25 milhões, e a Andreessen Horowitz prometeu US\$ 23 milhões adicionais, somando-se aos US\$ 30 milhões restantes deste ciclo. "A indústria dobrará o grande apoio à Fairshake", disse o cofundador da Ripple, Chris Larsen, horas após a eleição, que ele caracterizou como um "dia enorme" para os criptoativos.

As somas mencionadas podem ser facilmente pagas atualmente. Os preços dos ativos digitais dispararam, impulsionados em parte pela empolgação com um presidente eleito pró-cripto e pela probabilidade de uma regulamentação mais branda. O bitcoin atingiu um novo recorde horas após a eleição e a alta nas ações da Coinbase somou mais de US\$ 2 bilhões à fortuna pessoal de Armstrong, de acordo com o índice Bloomberg de Bilionários.

Como Armstrong sugeriu no X, a Fairshake e suas afiliadas estão dispostas a gastar muito para financiar aliados e derrotar oponentes. A empresa investiu US\$ 10 milhões em anúncios atacando Katie Porter, uma das primeiras candidatas democratas à cadeira vaga do Senado pela Califórnia. Ela perdeu nas primárias, e a indústria apontava sua derrota como evidência da influência da Coinbase.

As pesquisas mostram consistentemente que a maioria dos americanos não se importa com a indústria cripto. Em Ohio, um anúncio da Fairshake argumentava que Moreno apoiaria a agenda econômica de Trump, reduziria as contas de gás e supermercado e acabaria com a imigração ilegal. Outro disse que protegeria a **Previdência Social** e a independência energética. Eles elogiaram o histórico empresarial de Moreno, mas não o fato de ele ter trabalhado para uma empresa de blockchain.

A Protect Progress doou US\$ 10 milhões em apoio a Elissa Slotkin, que ganhou a cadeira no Senado por Michigan, e US\$ 10 milhões para Ruben Gallego,

do Arizona.

A Fairshake também gastou muito nas disputas pela Câmara dos EUA. Dos US\$ 135 milhões, um pouco mais de 60% foram destinados para apoiar candidatos republicanos ou se opor a democratas. As doações para campanha eleitoral são apenas o primeiro passo para construir relacionamentos no Capitólio, disse Peter Loge, professor de mídia na George Washington University e ex-assis-sor do governo Obama. Os gastos geralmente fazem com que empresas e grupos de interesse se refinam com legisladores e funcionários, mas não garantem que eles atingirão suas prioridades políticas, disse ele. "Não é assinar um cheque, receber uma conta." Ainda assim, as empresa de criptoativos estão no campo vitorioso mesmo para disputas que não foram particularmente competitivas. A Protect Progress gastou US\$ 1 milhão para apoiar o atual representante democrata de Michigan, Shri Thanedar, que venceu com mais de 68% dos votos. A Defend American Jobs gastou US\$ 3 milhões em apoio à campanha do republicano JimJustice para o Senado pela Virgínia, um estado profundamente republicano.

Esse manual pode inspirar outras indústrias a imitar uma estratégia que mobiliza grandes bolsos fundos e minimiza os interesses corporativos reais, disse Claypool, chamando-a de uma "ferramenta de intimidação", que busca "disciplinar" candidatos e legisladores a se alinharem. "Eles se esforçaram para evitar serem ideológicos em termos de explicar qual é a missão de seus super PACs", disse ele. "É um enorme problema de "dinheiro corporativo na política" que o setor cripto está explorando de maneiras que nunca vimos antes.

"Alguns sinais sugerem que está funcionando. Na corrida para o Senado de Nevada, o candidato republicano, Sam Brown, adicionou criptomoeda e inovação de blockchain à sua lista de prioridades de campanha no final de fevereiro, depois que a Fairshake e suas afiliadas gastaram mais de US\$ 14 milhões em publicidade em outras disputas antes da Super Terça-feira. Sua oponente democrata, Jacky Rosen, também acena para a indústria em sua página de campanha.

"Washington recebeu a mensagem de que ser anticripto é uma boa maneira de encerrar carreira" Brian Armstrong

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188038>

Corte de gastos precisa ser analisado com mais profundidade

O governo Lula se encontra em uma posição delicada. Por um lado, aumenta a pressão para que o Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), mecanismo de controle do endividamento que substituiu o Teto de Gastos, seja cumprido. Por outro, há a pressão para que importantes segmentos que compõem as despesas públicas, como saúde, educação não sejam penalizados.

O caminho a ser seguido é de um corte de R\$ 30 a R\$ 50 bilhões nos gastos. No entanto, mais do que olhar para as cifras, é importante lançar mão de uma análise criteriosa para que o impacto social da redução do orçamento seja o menor possível.

Um dos caminhos que se discute é o governo avançar no combate aos supersalários no serviço público. Atualmente, alguns adicionais, conhecidos como penduricalhos, impedem que seja cumprido o teto salarial do funcionalismo. Um setor extremamente privilegiado é o Poder Judiciário. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a despesa com esse Poder em 2023 somou R\$ 132,0 bilhões, a mais alta do mundo em relação ao **PIB**. Cada magistrado custa em média R\$ 68,1 mil, R\$ 24 mil a mais do que o salário de um ministro do STF.

Por sua vez, o ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga defende o corte de gastos na Previdência e no funcionalismo. Em relação a Previdência, a pergunta é: onde cortar? Em recente entrevista, o presidente do TCU, Bruno Dantas, afirmou que será preciso uma nova reforma da previdência, começando pelos militares.

A realidade dos dados demonstra que o déficit para a previdência de um trabalhador que não seja da área pública é de R\$ 9,4 mil por ano. Por sua vez, o déficit de um militar aposentado ou pensionista é de R\$ 159 mil, 17 vezes a mais que o do **INSS**. É importante lembrar que o militar é o único servidor público que se aposenta com salário integral, diferente dos demais trabalhadores brasileiros.

Há ainda aqueles que defendem alterar a idade mínima para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou passar a corrigir o auxílio somente pela **inflação**. Atualmente, o BPC é indexado ao salário-mínimo (R\$ 1.412). Em relação a esse benefício é necessário lembrar que, quem têm direito a

receber são famílias que possuem renda per capita de até um quarto do salário-mínimo, o correspondente a R\$ 353,00 e que têm um idoso ou pessoa com doença gra-

ve ou necessidades especiais. Diante desses dados, pergunto: não seria algo extremamente grave e desumano mexer nesse benefício, enquanto juízes têm salários altíssimos e militares se aposentam com salário integral?

Dentro do pacote de medidas o governo avalia também alterar o desenho das políticas de proteção ao trabalhador: a multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa e o seguro-desemprego. Aqui é importante lembrar que o seguro-desemprego é uma medida de proteção ao trabalhador quando está desempregado, visando permitir que ele mantenha o sustento de sua família nesse período. E, a multa de 40%, é para evitar que as empresas demitam intempestivamente os trabalhadores sem justa causa.

Outra área que precisa ser analisada para enfrentar o déficit público é a tributária. Estudos apresentados recentemente pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) comparam a carga tributária em relação ao **PIB** de 30 países. Dessa relação 23 têm cargas maiores que o Brasil, dos 7 restantes, 3 têm praticamente a mesma carga que a nossa, de 32,39% do **PIB**. Diante desses números, é possível afirmar que há espaço para a correção e criação de **tributos**, desde que seja de forma progressiva e não prejudique a classe média e a população de baixa renda.

A mudança deve ocorrer sobre a parcela da sociedade que têm condições de contribuir para o controle do déficit público.

Para entender melhor essa afirmação, cito dois exemplos ilustrativos. O primeiro é o Imposto Territorial Rural - ITR. Esse tributo arrecadado em todo o ano de 2022 e em todo o Brasil somou R\$ 2,7 bilhões. O valor é menor do que a arrecadação da subprefeitura de Pinheiros, uma das 32 da cidade de São Paulo, que foi de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período, algo inacreditável. O aumento desse imposto, tendo como referência os EUA, elevaria sua arrecadação para cerca de R\$ 60 bilhões.

Outro exemplo é a respeito da cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, hoje inexistente no país. Se aplicarmos o percentual que ocorre para quem aplica em títulos do tesouro, haveria um aumento de arrecadação de cerca de R\$ 70 bilhões.

Há formas de enfrentar os problemas do déficit público e conter o crescimento da dívida brasileira promovendo a sustentabilidade do governo. Mas as medidas precisam ser analisadas e muito bem estruturadas de forma a não prejudicar o crescimento econômico e muito menos os setores menos favorecidos da sociedade.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/gqdu/#p=1>

Confira o que muda nas regras de aposentadoria em 2025

SAULO JUNIOR saulo.junior@odia.com.br

Quem está pensando em se aposentar em 2025 deve ficar atento com as mudanças de regra para o ano que vem. Isto porque a aposentadoria geral por idade, a que é medida por pontos, e a pela idade mínima mais tempo de contribuição passarão por mudanças.

Elas fazem parte das regras de transição estipuladas pela Reforma da Previdência em novembro de 2019. Confira os requisitos necessários para os principais tipos de aposentadoria em 2025:

APOSENTADORIA POR PONTOS

Uma das possibilidades é se aposentar pelo sistema dos pontos. Para saber quantos pontos o trabalhador contabiliza, é necessário somar a idade com o tempo de contribuição.

Em 2025, para as mulheres, são necessários 92 pontos (com pelo menos 30 anos de contribuição). Para os homens, 102 pontos (com 35 anos no sistema do **INSS**). Os tempos mínimos no sistema do **INSS** não se alteram.

Um exemplo, um homem que trabalhou por 35 anos, precisaria ter 67 anos para se aposentar pelo sistema de pontos em 2025. Já se ele tiver contribuído por 40 anos, ele precisaria ter 62 anos para conquistar a aposentadoria.

Esses números sobem ano a ano. Essa regra de transição vai até 2035, quando as mulheres precisarão somar 102, e os homens, 105.

POR IDADE MÍNIMA E TEMPO

Existe também a regra da idade mínima mais tempo de contribuição. Para se aposentar nesta modalidade, os homens precisam de ao menos 64 anos e 35 anos de contribuição.

Já no caso das mulheres, é necessário ter 59 anos e 30 anos de contribuição. Esses valores sobem seis meses a cada ano até que a idade mínima dos homens chegue a 65 anos, em 2027, e a das mulheres chegue a 62 anos, em 2031.

MUDANÇA PARA PROFESSORES

Na regra de transição por pontos da aposentadoria por tempo de contribuição dos professores, o somatório da idade mais o tempo de contribuição passou de 86 para 87 pontos para as mulheres (com no mínimo 25 anos de contribuição), e de 96 para 97 pontos para os homens (com no mínimo 30 anos de contribuição). Já na modalidade da idade mínima mais tempo de contribuição passou de 53 anos e 6 meses para 54 anos no caso das mulheres. São exigidos pelo menos 25 anos trabalhados como professoras na rede básica de ensino. Na mesma regra para os homens, a idade mínima passou de 58 anos e 6 meses para 59 anos.

São necessários 30 anos trabalhados como professor na rede básica de ensino.

APOSENTADORIA POR IDADE

A regra não mudou de 2024 para 2025. Ela, que é uma das mais populares, considera a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para as mulheres, e um tempo de contribuição de 15 anos para ambos.

Os homens que passarão a contribuir após a Reforma da Previdência, caso queiram se aposentar por esta regra no futuro, terão que contribuir por no mínimo 20 anos.

VALORES

Ao atingir a idade e o tempo de contribuição mínimos, os trabalhadores do Regime Geral de **Previdência Social** poderão se aposentar com 60% da média de todas as contribuições previdenciárias efetuadas desde julho de 1994.

A cada ano a mais de contribuição, além do mínimo exigido (15 anos), serão acrescidos dois pontos percentuais aos 60%. Assim, para ter direito à aposentadoria no valor de 100% da média de contribuições, as mulheres deverão contribuir por 35 anos e os homens, por 40 anos.

O valor das aposentadorias não será inferior a um salário mínimo nem poderá ultrapassar o teto do RGPS (que ainda não foi divulgado, mas segundo algumas projeções, deve girar em torno de R\$ 8 mil). O percentual do benefício recebido poderá ultrapassar 100% para mulheres que contribuírem por mais de 35

anos e para homens que contribuírem por mais de 40 anos, sempre limitado ao teto do RGPS.

CASOS EXCEPCIONAIS

Já para casos excepcionais de aposentadorias, como por exemplo para professores, pessoas com deficiência, pessoas que possuem trabalhos rurais, pessoas que não são mais capazes de exercer sua profissão, todos os requisitos estão descritos no site do **INSS**.

**

Insatisfação de quem vai se aposentar

Quem está na fila para se aposentar também não se encontra muito satisfeito. O motorista de ônibus Jefferson Alexandre, de 60 anos, conta que já contribui há cerca de 35 anos, mas que ainda falta cerca de 1 ano e meio para se aposentar, segundo seus cálculos. "Sem dúvida, fui prejudicado, sim. Se fosse pela regra antiga eu já poderia dar entrada na aposentadoria", lamenta.

Já Fernanda Galvão, técnica administrativa, de 60 anos contou que não se aposentou por questões financeiras, já que se mantendo no cargo que ocupa, ela poderá receber mais quando decidir parar. Ela também disse que ainda se sente bem com o trabalho.

"Permanecendo, além de ter um salário maior, ainda usufruo de benefícios que recebo na ativa", disse. Ela também contou que, apesar de já ter o direito de se aposentar no modelo proporcional, precisou contribuir um ano a mais para poder ter o benefício por conta da Reforma.

"Aumentou apenas em 1 ano o período para me aposentar, mas a maioria das pessoas sofreram mais", comenta.

**

Impacto das mudanças na vida dos brasileiros

O DIA conversou com especialistas em Direito Previdenciário para entender o impacto das mudanças para a vida dos brasileiros.

O entendimento desses profissionais sobre o tema é que a mudança foi negativa para a maioria das pessoas.

A advogada Juliana Teixeira, do João Tancredo Escritório de Advocacia, citou que, considerando o perfil dos brasileiros, mais pessoas foram prejudicadas.

"Sem sombra de dúvidas, prejudicou os trabalhadores mais do que ajudou, ainda mais é se formos analisar o cenário brasileiro, onde as pessoas começam a trabalhar muito cedo. Para essas pessoas que trabalhavam desde muito novas, a mudança prejudicou porque estabeleceu idade mínima e muitas vezes a pessoa que já trabalha desde nova vai ter que continuar trabalhando por mais um período e aí passar o tempo mínimo de contribuição".

Ela também aponta que uma parcela dos brasileiros pode ser beneficiada em comparação a quem começa a trabalhar cedo.

"Quem se formou e esperou um momento de formar a carreira profissional para se inserir no mercado de trabalho acabou beneficiado, porque vai começar a trabalhar e quando tiver a idade mínima vai ter pelo menos cerca de 30 anos de contribuição. Se uma mulher, por exemplo, começou a trabalhar com 30 anos, quando chegar aos 62 anos, ela terá 32 anos de contribuição ... Já uma pessoa que começou a trabalhar aos 18 anos de idade vai trabalhar muito mais tempo e contribuir muito mais com a previdência".

Já Johnnys Guimarães, especialista em Direito Previdenciário, foi contundente ao afirmar que houve danos aos contribuintes.

"As mudanças só trouxeram prejuízos para os contribuintes. As pessoas precisam contribuir por mais tempo e também ter uma idade mínima para conseguir se aposentar.

Isso faz com que elas se aposentem mais velhas", argumentou.

**

Objetivo é "reduzir rombos"

O objetivo com a Reforma da Previdência, segundo o governo, é reduzir o rombo nas contas públicas. A primeira estimativa do relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), que à época estava no Senado Federal, era de que o impacto fiscal total da aprovação chegaria a R\$ 1,312 trilhão em 10 anos, maior do que os R\$ 930 bilhões previstos no texto da Câmara, e maior do que o R\$ 1 trilhão que pretendia o governo federal inicialmente.

Já o presidente do Senado na época, Davi Alcolumbre (União Brasil), disse entender que a medida não era bem- vista, mas defendeu a necessidade de ser feita.

"Reconheço que não é uma matéria simpática do

ponto de vista da opinião pública, mas é uma matéria necessária. Reconheço em cada senador e em cada senadora da República o desejo de construir um novo país", argumentou.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12937/11-11-2024.html>

Na mira da revisão de gastos, BPC já teve idade mínima de 70 anos

Idiana Tomazelli

Na mira da revisão de gastos proposta pela equipe econômica, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) já foi alvo de recentes investidas para tentar limitar seu alcance, mas o Congresso Nacional não só barrou as propostas como também tratou de emplacar flexibilizações que contribuíram para impulsionar as despesas com a política.

Previsto na Constituição, o programa foi criado em 1993 pela Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) e efetivamente implementado em 1º de janeiro de 1996. Ele prevê o pagamento de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, com renda familiar de até ¼ do piso por pessoa (equivalente hoje a R\$ 353).

Em sua origem, a lei do BPC considerava idosos aqueles que tivessem 70 anos ou mais. Em 1998, a idade mínima para o benefício foi reduzida para 67 anos. Em 2003, já no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a aprovação do Estatuto do Idoso também cortou a idade mínima a 65 anos, como vigora atualmente.

Entre 2020 e 2021, o Legislativo tratou de ampliar o critério de renda para acessar o benefício, na esteira de uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que considerou o requisito inconstitucional .

Em meio às discussões de contenção de gastos , integrantes do governo defenderam a elevação da idade mínima novamente para 70 anos. A ideia foi vocalizada pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, em entrevista concedida ao jornal O Globo em setembro.

A proposta despertou a reação imediata da presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), que, em publicação nas redes sociais, a classificou de "tremendo retrocesso, uma verdadeira covardia".

Outros aprimoramentos seguem em discussão, como a adoção de novos instrumentos de combate à fraude e de regras que restrinjam a concessão do BPC a pessoas com deficiência que efetivamente estejam incapacitadas para o trabalho -o que excluiria aqueles com deficiências de grau leve ou até moderado.

Há ainda defensores da desvinculação entre o valor do benefício e o salário mínimo, permitindo reajustes menores ao BPC. Pessoas que participam das discussões, porém, dão essa medida como descartada.

O programa entrou na mira da equipe econômica devido à escalada de novas concessões e gastos nos últimos meses. Em setembro, o número de beneficiários beirava os 6,2 milhões (1,2 milhão há mais do que dois anos antes).

A despesa total com o programa deve alcançar R\$ 111,8 bilhões neste ano, uma alta real de 15,4% em relação aos R\$ 96,9 bilhões repassados em 2023.

Embora houvesse um represamento de pedidos, devido à fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), técnicos do governo veem uma situação de descontrole e buscam explicações. As hipóteses vão desde a flexibilização de regras e judicialização até fraudes.

Apesar do quadro, especialistas ouvidos pela Folha fazem ressalvas às propostas em discussão.

A pesquisadora Ana Cleusa Mesquita, técnica da diretoria de estudos e políticas sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), diz que o público do BPC é exposto a uma dupla vulnerabilidade (extrema pobreza e limitação ou incapacidade para trabalhar), e o pagamento de um salário mínimo tem impactos positivos na redução da pobreza e da desigualdade, ao mesmo tempo que melhora a condição de vida dos beneficiários.

Mesquita afirma que algumas pesquisas indicam que o repasse responde por 79% da renda das famílias beneficiadas, em média. Em quase metade dos casos, é a única fonte de renda.

"As pesquisas que o Ipea fez ao longo do tempo são convergentes no sentido de que o BPC é extremamente bem focalizado e efetivo na retirada da pobreza, e isso se deve ao fato de estar vinculado ao salário mínimo. Ao contrário de outros programas que aliviam, mas muitas vezes não conseguem tirar da situação de extrema pobreza", afirma. Para ela, desvincular o benefício do salário mínimo poderia

ampliar desigualdades.

Já em relação à idade mínima, alguns especialistas e o próprio governo defendem a mudança para diferenciar o BPC da aposentadoria por idade, que é concedida aos 65 anos, no caso dos homens, mediante contribuição ao **INSS**. O argumento desse grupo é que conceder um benefício no valor de um salário mínimo sem exigência de contribuição poderia desincentivar a formalização.

Mesquita, porém, afirma que não há nenhuma evidência de que a idade mínima idêntica no BPC e na aposentadoria desincentiva a contribuição. "Acho que é uma questão mais retórica. A questão da contribuição ou não contribuição está relacionada às dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro, que tem alguns problemas estruturais, a informalidade entre eles", avalia.

Ela ressalta ainda que o seguro contributivo do **INSS** fornece uma proteção maior, que inclui auxílio-doença e salário-maternidade. "Acho pouco racional a pessoa planejar chegar à velhice numa situação de extrema pobreza [para ter direito ao BPC]", diz.

O ex-presidente do **INSS** Leonardo Rolim também avalia a idade mínima atual do BPC como adequada. "Se aumentar a idade de aposentadoria, aí sim precisaria subir também [a do BPC]. Mas por enquanto não", afirma.

Segundo ele, seria mais eficaz diferenciar o valor do benefício, premiando quem contribuiu à Previdência, mesmo que insuficiente para se aposentar. Em sua avaliação, o BPC poderia pagar 70% do salário mínimo, acrescido de dois pontos percentuais a cada ano de contribuição. "É um estímulo maior e cria uma rampa", afirma.

Rolim também critica a proposta de restringir o BPC de pessoas com deficiência apenas àquelas incapacitadas para o trabalho. Segundo ele, a mudança acabaria punindo indivíduos que se esforçam para superar suas limitações em busca de colocação no mercado de trabalho -conduta que, para o especialista, deve ser incentivada.

Em 2021, o governo instituiu o Auxílio-Inclusão, pago a pessoas com deficiência que conseguem exercer atividade remunerada. Elas têm o BPC suspenso e recebem no lugar o auxílio, no valor de meio salário mínimo (hoje equivalente a R\$ 706).

"O governo deveria incentivar cada vez mais que elas consigam trabalhar e recebam o Auxílio-Inclusão. Isso é uma forma muito mais inteligente de reduzir o custo do BPC", afirma.

Para Rolim, no entanto, o maior problema atual são as fraudes. Em seu período à frente do **INSS**, ele diz que foi identificada uma série de vulnerabilidades, e um sistema foi desenvolvido para mapear as práticas suspeitas, como o uso de uma foto igual para beneficiários diferentes.

"No início do problema, identificamos em torno de 100 mil benefícios com indício de fraude, mas não pudemos fazer a cessação, pois não tinha previsão de suspensão cautelar", conta. Uma portaria foi editada na tentativa de resolver o impasse, mas a área jurídica do governo entendeu que havia necessidade de uma lei. Rolim acabou deixando o cargo em novembro de 2021 sem que o problema tivesse sido solucionado.

"Hoje, meu chute é que haja pelo menos 700 mil benefícios com forte risco de serem fraude", diz.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/namira-da-revisao-de-gastos-bpc-ja-teve-idade-minima-de-70-anos.shtml>

Aportes em previdência privada superam R\$ 145 bilhões em 2024

APLICAÇÕES O mais novo relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) aponta que as aplicações em previdência privada aberta no Brasil somaram R\$ 146,9 bilhões entre janeiro e setembro deste ano, alta de 17,6% ante o mesmo período do ano passado.

Ainda segundo os números do relatório, no mesmo período, os resgates aumentaram 3,4%, somando R\$ 99,3 bilhões, e captação líquida de R\$ 47,7 bilhões, alta de 64,6%. Os valores não consideram a inflação do período.

Conforme a CNN, de acordo com a Fenaprevi, existem mais de 14 milhões de planos de previdência privada aberta no Brasil, sendo 80% individuais e 20% coletivos.

Os planos Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL) são os mais populares. Ao todo são 8,9 milhões de contratos, representando 92% de toda a captação no período, cerca de R\$ 135 bilhões. Este tipo de plano de previdência é direcionado para quem é isento ou declara o Imposto de Renda pelo modelo simplificado. Já o Plano Gerador de Benefício Livre ficou com 22% dos contratos comercializados, com captação de R\$ 9,1 bilhões, 6% do total arrecadado.

A modalidade é utilizada por contribuintes que fazem a declaração de Imposto de Renda pelo modelo completo, ou seja, que possuem mais despesas para deduzir.

Os demais 15% são planos tradicionais de previdência privada aberta, que representam 2,2 milhões de contratos e R\$ 2,2 bilhões dos aportes no intervalo de tempo analisado.

Em setembro de 2024, os ativos em planos de previdência privada ultrapassaram R\$ 1,5 trilhão.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>